

# Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

Número Especial | Out. 2019

**Sífilis | 2019**



# **Boletim** Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

Número Especial | Out. 2019

# Sífilis | 2019

**Boletim Epidemiológico Especial**

Secretaria de Vigilância em Saúde  
Ministério da Saúde

---

Número Especial | Out. 2019

ISSN 2358-9450

©1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Boletim Epidemiológico de Sífilis

Ano V – nº 01

Tiragem: 1000

Ministério da Saúde

Secretaria de Vigilância em Saúde

Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções

Sexualmente Transmissíveis – DCCI

SRTVN, Quadra 701, lote D, Edifício PO700, 5º andar

CEP: 70719-040 – Brasília/DF

Disque Saúde – 136

e-mail: [aids@aids.gov.br](mailto:aids@aids.gov.br)

site: [www.aids.gov.br](http://www.aids.gov.br)

**Organização e colaboração**

Gerson Fernando Mendes Pereira

Angélica Espinosa Barbosa Miranda

Alessandro Ricardo Caruso da Cunha

Flavia Kelli Alvarenga Pinto

Rachel Abrahão Ribeiro

Ronaldo de Almeida Coelho

**Revisão ortográfica**

Angela Gasperin Martinazzo (DCCI/SVS)

**Projeto gráfico/Diagramação**

Fred Lobo, Sabrina Lopes (GAB/SVS)

Marcos Cleiton de Oliveira (DCCI/SVS)

## Editorial

A presente edição do Boletim Epidemiológico de Sífilis, do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS), foi produzida com o propósito de promover a disponibilidade de dados básicos, indicadores e análises sobre as tendências da sífilis no país, visando aperfeiçoar a capacidade de formulação, gestão e avaliação de políticas e ações públicas.

Em essência, o conteúdo do Boletim Epidemiológico busca refletir algumas das principais características da epidemiologia da sífilis no Brasil, nos vinte e seis estados e no Distrito Federal, assim como na agregação por regiões. Apresenta três grandes grupos de informações: casos de sífilis adquirida, casos de sífilis em gestantes e casos de sífilis congênita, notificados até 30 de junho de 2018 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e transferidos das Secretarias Estaduais de Saúde ao Setor de Produção do Departamento de Informática do SUS (Datasus), do Ministério da Saúde.

O Boletim também apresenta dados de mortalidade perinatal por sífilis congênita, obtidos por meio do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), e inclui uma seção intitulada “Indicadores Epidemiológicos e Operacionais para o Monitoramento da Sífilis”, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento permanente da produção de dados.

Para o DCCI, é essencial expandir e facilitar o acesso às informações. Nesse sentido, para fornecer uma imagem mais completa da atual situação da sífilis em todo o país, os dados deste Boletim também constam do Painel de Indicadores Epidemiológicos dos 5.570 municípios brasileiros, disponível na página [www.aids.gov.br/indicadores](http://www.aids.gov.br/indicadores). Esse painel apresenta a distribuição municipal de 18 indicadores epidemiológicos e operacionais de sífilis, visando melhorar a qualidade e tempestividade das tomadas de decisão realizadas por diferentes instâncias de gestão.

Por fim, espera-se que o presente Boletim auxilie a disseminação de informações, como uma das bases da construção de uma saúde coletiva que se vale das evidências geradas a partir da prática da epidemiologia em serviço.

## **Lista de figuras**

<b>Figura 1 – Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes), taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos), segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018.....</b>	13
<b>Figura 2 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo região. Brasil, 2018 .....</b>	14
<b>Figura 3 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo UF. Brasil, 2018 .....</b>	15
<b>Figura 4 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo capitais. Brasil, 2018 .....</b>	15
<b>Figura 5 – Taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida, segundo região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018 .....</b>	16
<b>Figura 6 – Taxas de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo UF e capitais. Brasil, 2018 .....</b>	17
<b>Figura 7 – Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo faixa etária. Brasil, 2010-2018 .....</b>	18
<b>Figura 8 – Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida e sífilis em gestante, segundo sexo e razão de sexos por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018 .....</b>	19
<b>Figura 9 – Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo raça/cor e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018 .....</b>	19
<b>Figura 10 – Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo escolaridade e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018 .....</b>	20
<b>Figura 11 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) por região e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018 .....</b>	21
<b>Figura 12 – Taxas de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capitais. Brasil, 2018 .....</b>	22
<b>Figura 13 – Idade gestacional no momento do diagnóstico de sífilis, segundo região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2014 a 2018.....</b>	22
<b>Figura 14 – Distribuição proporcional de sífilis em gestantes com tratamento prescrito com penicilina (ao menos uma dose) e prescrito conforme classificação clínica, segundo UF. Brasil, 2018 .....</b>	23
<b>Figura 15 – Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) por região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018 .....</b>	24
<b>Figura 16 – Taxas de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capital. Brasil, 2018.....</b>	25
<b>Figura 17 – Distribuição proporcional de casos de sífilis congênita por tipo de desfecho desfavorável segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018.....</b>	26
<b>Figura 18 – Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo região de residência. Brasil, 2008 a 2018.....</b>	27
<b>Figura 19 – Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo UF residência. Brasil, 2018 .....</b>	28

## **Lista de tabelas**

<b>Tabela 1 – Nascidos vivos em 2017, casos e taxas de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e óbitos por sífilis congênita, segundo região, Unidade da Federação e Brasil, 2018 .....</b>	12
<b>Tabela 2 – Casos e taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2019 .....</b>	29
<b>Tabela 3 – Casos de sífilis adquirida segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2019 .....</b>	30
<b>Tabela 4 – Casos e taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2019 .....</b>	31
<b>Tabela 5 – Casos de gestantes com sífilis segundo idade gestacional, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2019 .....</b>	32
<b>Tabela 6 – Casos de gestantes com sífilis segundo UF de residência, esquema de tratamento prescrito e ano de diagnóstico. Brasil, 2016 a 2018.....</b>	33
<b>Tabela 7 – Casos de gestantes com sífilis segundo classificação clínica e ano de diagnóstico. Brasil, 2007 a 2019 .....</b>	34
<b>Tabela 8 – Casos notificados de sífilis congênita em menores de um ano de idade (número e taxa de incidência por 1.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019 .....</b>	35
<b>Tabela 9 – Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo características dos casos por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019 .....</b>	36
<b>Tabela 10 – Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo variáveis selecionadas por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019 .....</b>	37
<b>Tabela 11 – Óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (número e coeficiente por 100.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano. Brasil, 1998-2018 .....</b>	38

## **Sumário**

Introdução .....	9
Situação epidemiológica da sífilis no Brasil .....	10
Sífilis adquirida .....	16
Sífilis em gestantes .....	20
Sífilis congênita .....	24
Tabelas .....	29
Apêndice – Indicadores epidemiológicos e operacionais para o monitoramento da sífilis .....	39
Anexo – Nota Informativa nº 2, de 19 de setembro de 2017.....	40

## ■ Introdução

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são consideradas um problema de saúde pública e estão entre as patologias transmissíveis mais comuns, afetando a saúde e a vida das pessoas em todo o mundo. As IST têm um impacto direto sobre a saúde reprodutiva e infantil, porquanto acarretam infertilidade e complicações na gravidez e no parto, além de causar morte fetal e agravos à saúde da criança. Elas também têm um impacto indireto na facilitação da transmissão sexual do vírus da imunodeficiência humana (HIV).

Em maio de 2016, a Assembleia Mundial de Saúde adotou a estratégia 2016–2021 do setor global de saúde para as IST<sup>1</sup>. Essa estratégia inclui a expansão de intervenções e serviços baseados em evidências para controlar as IST e diminuir seu impacto como problema de saúde pública até 2030. A estratégia definiu metas para a redução na incidência de gonorreia e sífilis em adultos e recomendou a realização de levantamento de incidências globais de IST até 2018.

Com base nos dados de prevalência de 2009 a 2016, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou o total de casos incidentes de IST curáveis em 376,4 milhões, entre os quais 127,2 milhões (95% IC: 95,1-165,9 milhões) de casos de clamídia, 86,9 milhões (95% IC: 58,6-123,4 milhões) de casos de gonorreia, 156,0 milhões (95% IC: 103,4-231,2 milhões) de casos de tricomoníase e 6,3 milhões (95% IC: 5,5-7,1 milhões) de casos de sífilis. A prevalência global estimada de sífilis, em homens e mulheres, foi de 0,5% (95% IC: 0,4-0,6), com valores regionais variando de 0,1 a 1,6%<sup>2</sup>.

Ainda segundo a OMS, a situação da sífilis no Brasil não é diferente da de outros países. Os números de casos

da infecção são preocupantes e a infecção precisa ser controlada. Neste novo Boletim Epidemiológico, pode-se observar que a sífilis adquirida, agravo de notificação compulsória desde 2010, teve sua taxa de detecção aumentada de 59,1 casos por 100.000 habitantes, em 2017, para 75,8 casos por 100.000 habitantes, em 2018. Também em 2018, a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 21,4/1.000 nascidos vivos, a taxa de incidência de sífilis congênita foi de 9,0/1.000 nascidos vivos e taxa de mortalidade por sífilis congênita foi de 8,2/100.000 nascidos vivos. Entretanto, apesar do aumento de casos notificados, nenhuma Unidade da Federação (UF) apresentou taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes, o que pode refletir a melhora da notificação dos casos de sífilis em gestantes no país.

O Ministério da Saúde vem executando diversas estratégias de abrangência nacional para o controle da sífilis no país, entre as quais: compra centralizada e distribuição de insumos de diagnóstico e tratamento (testes rápidos, penicilina benzatina e cristalina); desenvolvimento de instrumentos de disseminação de informação estratégica aos gestores, auxiliando a tomada de decisão; instrumentalização de salas de situação em todos os estados e no Distrito Federal; realização de Campanha Nacional de Prevenção; e desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para o enfrentamento da sífilis no SUS.

Conforme citado no Editorial, o presente Boletim traz dados de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e sua ampla divulgação subsidia a tomada de decisões e a programação das ações em saúde.

1 World Health Organization. Global health sector strategy on sexually transmitted infections, 2016-2021: Towards ending STIs. Report No.: WHO/RHR/16.09. Geneva: WHO; jun. 2016. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/rtis/ghss-stis/en/>. Acesso em: 1 out. 2019.

2 Rowley J, Vander Hoorn S, Korenromp E, et al. Chlamydia, gonorrhoea, trichomoniasis and syphilis: global prevalence and incidence estimates, 2016. Bull World Health Organ. 2019; 97(8): 548-562P. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/97/8/18-228486/en/>. Acesso em: 1 out. 2019.

# Situação epidemiológica da sífilis no Brasil



A notificação compulsória de sífilis congênita em todo o território nacional foi instituída por meio da Portaria nº 542, de 22 de dezembro de 1986; a de sífilis em gestantes, mediante a Portaria nº 33, de 14 de julho de 2005; e, por último, a de sífilis adquirida, por intermédio da Portaria nº 2.472, de 31 de agosto de 2010. Atualmente, a portaria vigente que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional e dá outras providências é a Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017<sup>3</sup>.

A Tabela 1, reproduzida a seguir, apresenta os seguintes dados: 1) número de casos e distribuição proporcional de nascidos vivos em 2017 no Brasil, regiões e UF; 2) número de casos, distribuição proporcional e taxa de

detecção de sífilis adquirida em 2018 no Brasil, regiões e UF; 3) número de casos, distribuição proporcional e taxa de detecção de sífilis em gestantes em 2018 no Brasil, regiões e UF; 4) número de casos, distribuição proporcional e taxa de incidência de sífilis congênita em 2018 no Brasil, regiões e UF; e 5) número de casos, distribuição proporcional e taxa de mortalidade por sífilis congênita em 2018 no Brasil, regiões e UF.

Em 2018, foram notificados no Sinan 158.051 casos de sífilis adquirida (taxa de detecção de 75,8 casos/100.000 habitantes); 62.599 casos de sífilis em gestantes (taxa de detecção de 21,4/1.000 nascidos vivos); 26.219 casos de sífilis congênita (taxa de incidência de 9,0/1.000 nascidos vivos); e 241 óbitos por sífilis congênita (taxa de mortalidade de 8,2/100.000 nascidos vivos).

<sup>3</sup> Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0004\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html). Acesso em: 1 out. 2019.

**TABELA 1 - Nascidos vivos em 2017, casos e taxas de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e óbitos por sífilis congênita, segundo região, Unidade da Federação e Brasil, 2018**

UF/Região	Nascidos vivos 2017			Sífilis adquirida 2018			Sífilis em gestantes 2018			Sífilis congênita 2018			Óbitos por sífilis congênita 2018		
	nº	%	nº	%	nº	%	taxa <sup>(1)</sup>	nº	%	taxa <sup>(2)</sup>	nº	%	taxa <sup>(3)</sup>	nº	%
<b>Brasil</b>	2.923.535	100,0	158.051	100,0	75,8	62.599	100,0	21,4	26.219	100,0	9,0	241	100,0	11,2	8,2
<b>Norte</b>	312.682	10,7	9.890	6,3	54,4	5.675	91	18,1	2.213	8,4	7,1	27	10,0	11,2	8,6
Rondônia	27.503	0,9	1.096	0,7	624	337	0,5	12,3	118	0,5	4,3	3	1,2	10,9	
Acre	16.358	0,6	490	0,3	564	619	1,0	37,8	98	0,4	6,0	2	0,8	12,2	
Amazonas	78.066	2,7	3.325	2,1	81,5	1.588	2,5	20,3	775	3,0	9,9	7	2,9	9,0	
Roraima	11.737	0,4	642	0,4	111,3	194	0,3	16,5	58	0,2	4,9	1	0,4	8,5	
Pará	138.684	4,7	2.625	1,7	30,8	2.039	3,3	14,7	790	3,0	5,7	13	5,4	9,4	
Amapá	15.399	0,5	420	0,3	50,6	273	0,4	17,7	92	0,4	6,0	1	0,4	6,5	
Tocantins	24.935	0,9	1.292	0,8	83,1	625	1,0	25,1	282	1,1	11,3	0	0,0	0,0	
<b>Nordeste</b>	<b>817.311</b>	<b>28,0</b>	<b>26.644</b>	<b>16,9</b>	<b>46,9</b>	<b>14.705</b>	<b>23,5</b>	<b>18,0</b>	<b>7.877</b>	<b>30,0</b>	<b>9,6</b>	<b>77</b>	<b>32,0</b>	<b>9,4</b>	
Maranhão	112.985	3,9	1.779	1,1	25,3	1.878	3,0	16,6	842	3,2	7,5	6	2,5	5,3	
Piauí	48.551	1,7	825	0,5	25,3	730	1,2	15,0	498	1,9	10,3	3	1,2	6,2	
Ceará	127.797	4,4	2.712	1,7	29,9	2.149	3,4	16,8	1.350	5,1	10,6	8	3,3	6,3	
Rio Grande do Norte	46.222	1,6	1.713	1,1	49,2	794	1,3	17,2	579	2,2	12,5	5	2,1	10,8	
Paraíba	57.493	2,0	1.564	1,0	39,1	691	1,1	12,0	383	1,5	6,7	4	1,7	7,0	
Pernambuco	135.932	4,6	7.556	4,8	79,6	3.002	4,8	22,1	1.941	7,4	14,3	30	12,4	22,1	
Alagoas	50.368	1,7	535	0,3	16,1	950	1,5	18,9	440	1,7	8,7	5	2,1	9,9	
Sergipe	33.867	1,2	797	0,5	35,0	645	1,0	19,0	327	1,2	9,7	0	0,0	0,0	
Bahia	204.096	7,0	9.163	5,8	61,9	3.866	6,2	18,9	1.517	5,8	7,4	16	6,6	7,8	
<b>Sudeste</b>	<b>1.151.832</b>	<b>39,4</b>	<b>71.842</b>	<b>45,5</b>	<b>81,9</b>	<b>28.103</b>	<b>44,9</b>	<b>24,4</b>	<b>11.134</b>	<b>42,5</b>	<b>9,7</b>	<b>101</b>	<b>41,9</b>	<b>8,8</b>	
Minas Gerais	260.059	8,9	14.364	9,1	68,3	4.851	7,7	18,6	2.436	9,3	9,3	17	7,1	6,5	
Espírito Santo	55.846	1,9	4.534	2,9	114,1	1.786	2,9	32,0	560	2,1	10,0	5	2,1	9,0	
Rio de Janeiro	223.224	7,6	15.537	9,8	90,5	9.234	14,8	41,4	4.171	15,9	18,7	52	21,6	23,3	
São Paulo	611.803	20,9	37.407	23,7	82,1	12.232	19,5	20,0	3.967	15,1	6,5	27	11,2	4,4	
<b>Sul</b>	<b>397.604</b>	<b>13,6</b>	<b>36.808</b>	<b>23,3</b>	<b>123,7</b>	<b>9.153</b>	<b>14,6</b>	<b>23,0</b>	<b>3.524</b>	<b>13,4</b>	<b>8,9</b>	<b>21</b>	<b>8,7</b>	<b>5,3</b>	
Paraná	157.701	5,4	9.928	6,3	87,5	2.836	4,5	18,0	871	3,3	5,5	6	2,5	3,8	
Santa Catarina	98.335	3,4	11.611	7,3	164,1	2.268	3,6	23,1	685	2,6	7,0	2	0,8	2,0	
Rio Grande do Sul	141.568	4,8	15.269	9,7	134,8	4.049	6,5	28,6	1.968	7,5	13,9	13	5,4	9,2	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>244.106</b>	<b>8,3</b>	<b>12.855</b>	<b>8,1</b>	<b>79,9</b>	<b>4.953</b>	<b>7,9</b>	<b>20,3</b>	<b>1.469</b>	<b>5,6</b>	<b>6,0</b>	<b>15</b>	<b>6,2</b>	<b>6,1</b>	
Mato Grosso do Sul	44.747	1,5	4.478	2,8	163,0	1.621	2,6	36,2	335	1,3	7,5	3	1,2	6,7	
Mato Grosso	57.271	2,0	1.741	1,1	50,6	782	1,2	13,7	204	0,8	3,6	5	2,1	8,7	
Goiás	97.520	3,3	4.828	3,1	69,8	2.008	3,2	20,6	543	2,1	5,6	5	2,1	5,1	
Distrito Federal	44.568	1,5	1.808	1,1	60,8	542	0,9	12,2	387	1,5	8,7	2	0,8	4,5	

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação, atualizado em 30/06/2018 e MS/SVS/Sistema de Informação sobre Mortalidade.

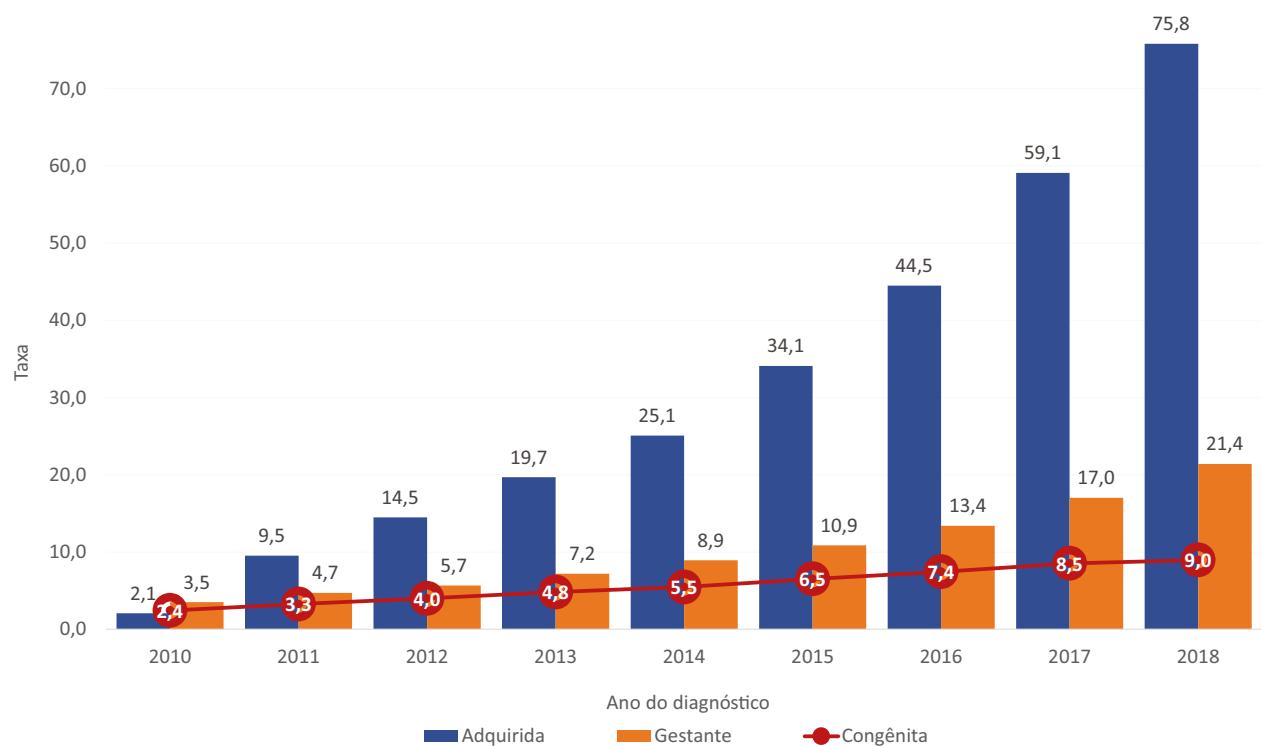
Notas: (1) Taxa de detecção de sífilis adquirida por 100.000 habitantes. (2) Taxa de detecção de sífilis em gestantes por 1.000 nascidos vivos. (3) Taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos. (4) Óbitos por 100.000 nascidos vivos.

Na Figura 1, observa-se a evolução das taxas de sífilis de 2010 a 2018. Nesse período, verifica-se que a taxa de incidência de sífilis congênita aumentou 3,8 vezes, passando de 2,4 para 9,0 casos por mil nascidos vivos, e a taxa de detecção de sífilis em gestantes aumentou 6,1 vezes, passando de 3,5 para 21,4 casos por mil nascidos vivos.

A sífilis adquirida, agravo de notificação compulsória desde 2010, teve sua taxa de detecção aumentada de 34,1 casos por 100.000 habitantes em 2015 para 75,8 casos por 100.000 habitantes em 2018.

Em 2018, em comparação com o ano de 2017, observou-se aumento 25,7% na taxa de detecção em gestantes e de 5,2% na incidência de sífilis congênita. Em parte, o aumento observado na detecção de sífilis em gestantes pode ser atribuído à mudança no critério de definição de casos para fins de vigilância, que o tornou mais sensível, enquanto o aumento menos acentuado de sífilis congênita pode ser atribuído ao novo critério mais específico.

Houve também aumento de 28,3% na detecção de sífilis adquirida, que passou de 59,1 para 75,8 casos/100.000 habitantes.

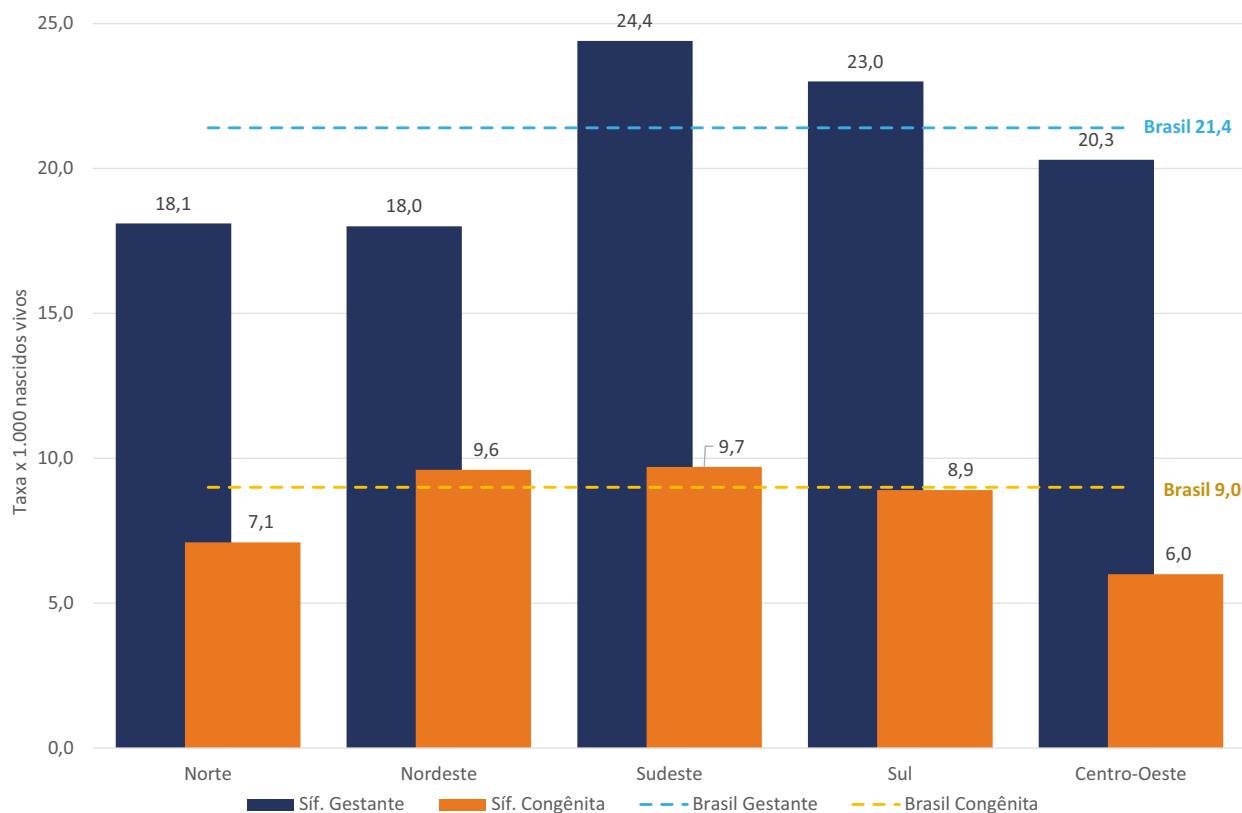


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 1** Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes), taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos), segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018

Na Figura 2, observam-se as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo região e taxas do país. Em relação à sífilis em gestantes, observa-se que o Sudeste

e o Sul apresentam taxas de detecção superiores à do Brasil. Quanto à sífilis congênita, as regiões com taxas maiores que a nacional são o Nordeste e o Sudeste (Figura 2, Tabelas 4 e 8).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

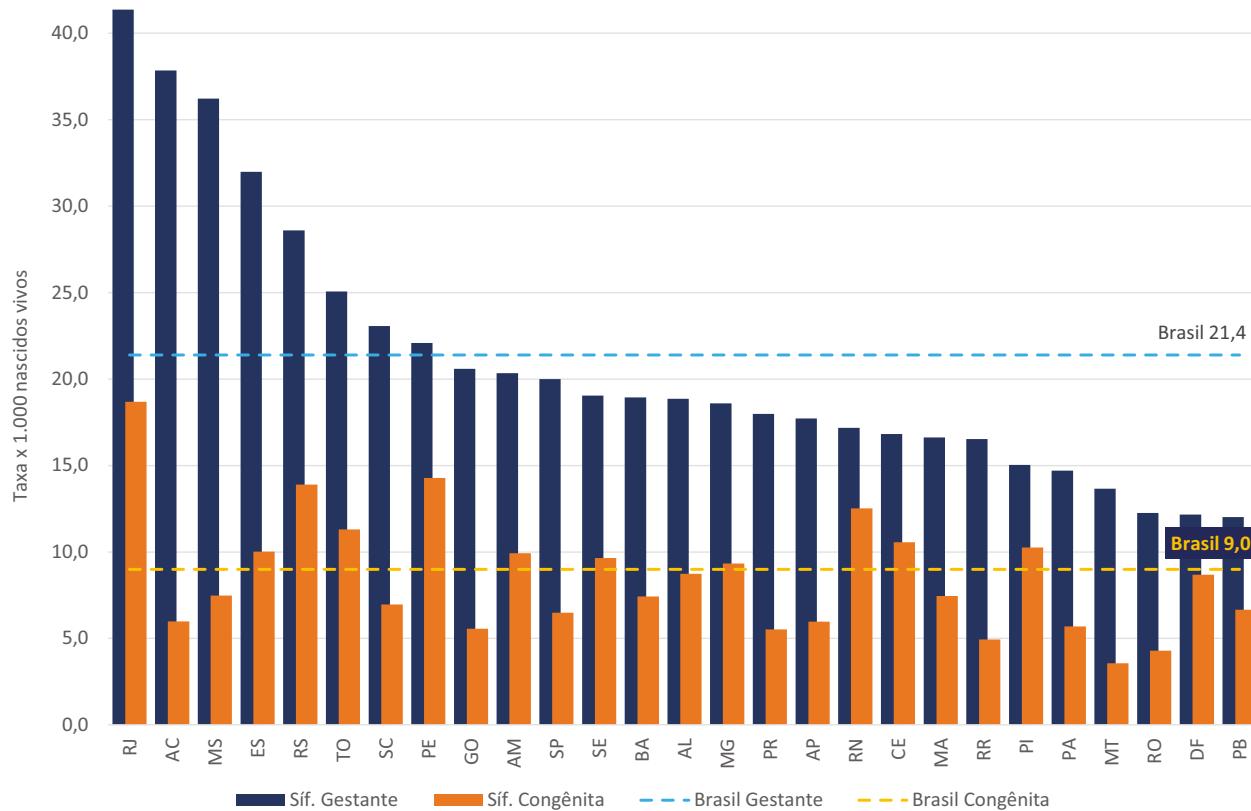
**FIGURA 2 Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo região.  
BRASIL, 2018**

Na Figura 3, observam-se as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo UF e taxas do país. Em relação à sífilis em gestantes, observa-se que os estados do Rio de Janeiro, Acre, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Santa Catarina e Pernambuco apresentam taxas de detecção superiores à do Brasil. Quanto à sífilis congênita, os estados com taxas maiores que a média nacional são Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Pernambuco, Amazonas, Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí (Figura 3, Tabelas 4 e 8).

Verifica-se também que nenhuma UF apresenta taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes (Figura 3, Tabelas 6 e 8). Em 2016, havia cinco estados e em 2017 dois estados com taxas de incidência de sífilis congênita maiores que as taxas de detecção de sífilis em gestantes.

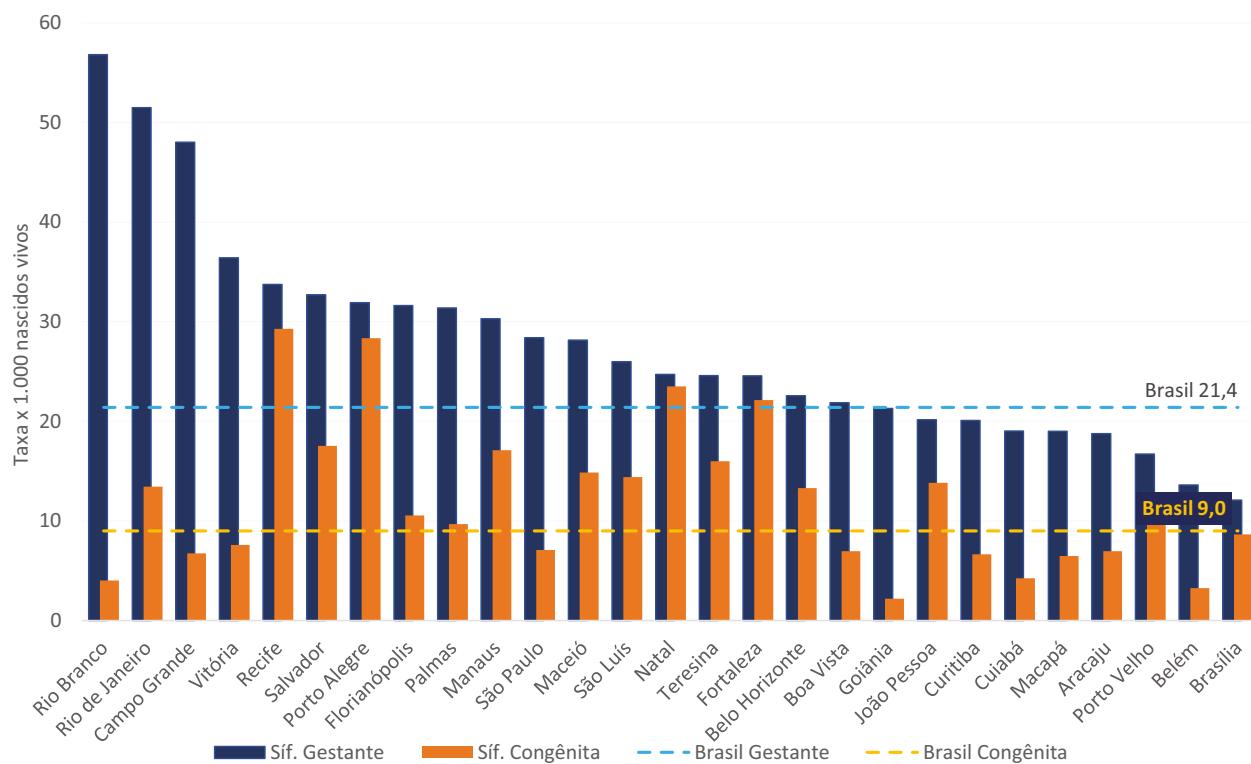
A Figura 4 apresenta as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo capital, e as taxas do país. Também se nota que nenhuma capital apresentou, em 2018, taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes (Figura 4). Em 2017, Recife, Natal, Fortaleza, João Pessoa, Porto Alegre, Teresina, Maceió e Aracaju mostravam taxas de sífilis congênita maiores que as de sífilis em gestantes.

Em relação à sífilis congênita, observa-se que Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre, Florianópolis, Palmas, Manaus, Maceió, São Luís, Natal, Teresina, Fortaleza, Belo Horizonte, João Pessoa e Porto Velho apresentaram taxas de incidência superiores à do Brasil (Figura 4).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 3** Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo UF. Brasil, 2018



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 4** Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo capitais. Brasil, 2018

No Brasil, a população mais afetada pela sífilis são as mulheres, principalmente as negras e jovens, na faixa etária de 20 a 29 anos. Somente esse grupo representou 13,8% de todos os casos de sífilis adquirida e em

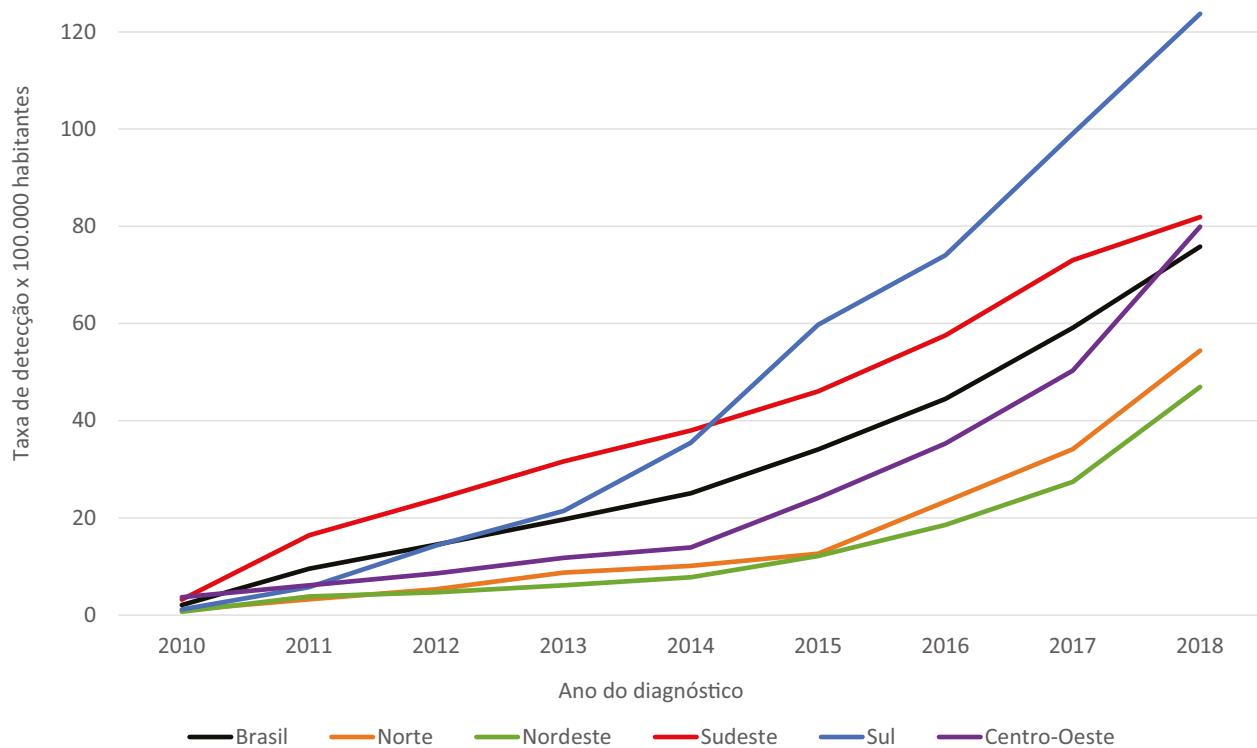
gestantes notificados em 2018. Na comparação por sexo, em 2018, as mulheres de 20 a 29 anos alcançaram 24,4% do total de casos notificados, enquanto os homens nessa mesma faixa etária representaram apenas 16,1%.

## Sífilis adquirida

No período de 2010 a junho de 2019, foram notificados no Sinan um total de 650.258 casos de sífilis adquirida, dos quais 53,5% ocorreram na Região Sudeste, 22,1% no Sul, 12,9% no Nordeste, 6,5% no Centro-Oeste e 4,9% no Norte (Tabela 2).

Em 2018, o número total de casos notificados no Brasil foi de 158.051. Na estratificação por regiões, observaram-se 71.842 (45,5%) casos notificados na Região Sudeste, 36.808 (23,3%) na Região Sul, 26.644 (16,9%) na Região Nordeste, 12.855 (8,1%) na Região Centro-Oeste e 9.890 (6,3%) na Região Norte (Tabela 2).

Entre 2017 e 2018, verificou-se que o Brasil e regiões apresentaram crescimento em suas taxas de detecção de sífilis adquirida. No país, o aumento foi de 28,3% (de 59,1 para 75,8 casos por 100.000 hab.). Além disso, o incremento foi de 59,3% na Região Norte (de 34,1 para 54,4 casos por 100.000 hab.), 71,1% no Nordeste (de 27,4 para 46,9 casos por 100.000 hab.), 12,2% no Sudeste (de 73,0 para 81,9 casos por 100.000 hab.), 24,9% no Sul (de 99,1 para 123,7 casos por 100.000 hab.) e 58,9% no Centro-Oeste (de 50,3 para 79,9 casos por 100.000 hab.), conforme a Figura 5 e a Tabela 2.

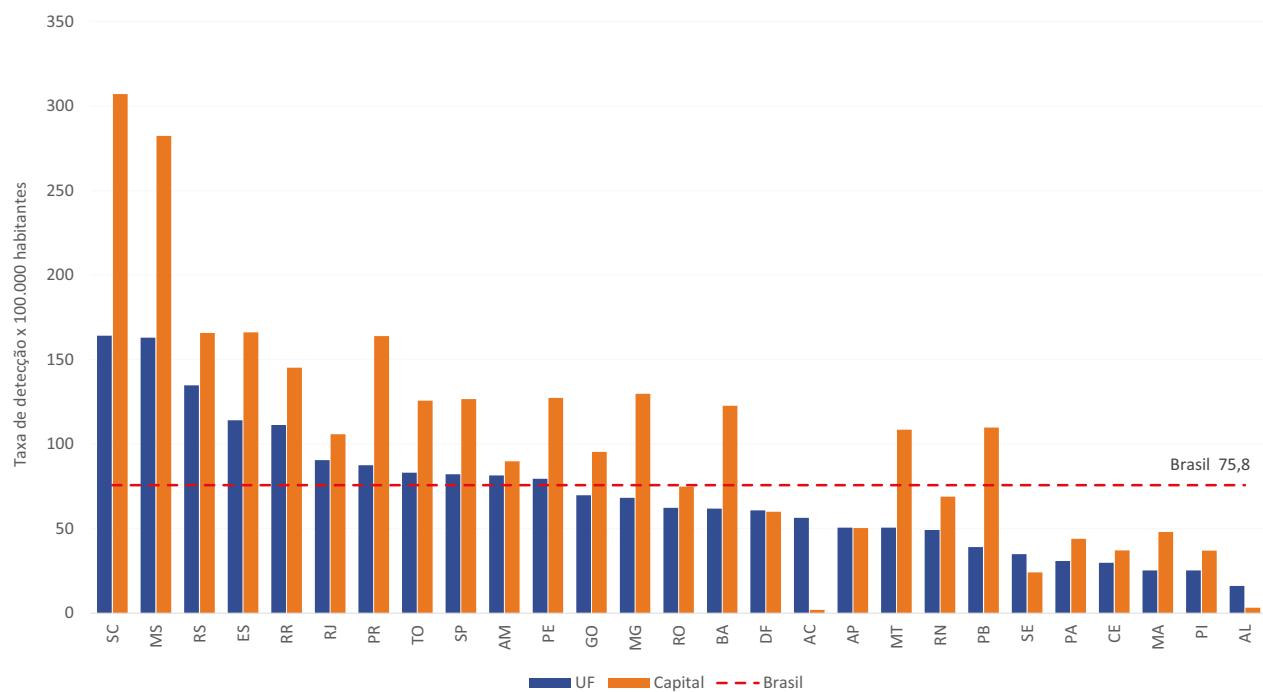


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 5 Taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida, segundo região de residência por ano de diagnóstico.  
BRASIL, 2010 A 2018**

Quanto às UF, em 2018, a taxa de detecção mais elevada foi observada em Santa Catarina (164,1 casos/100.000 hab.) e a mais baixa em Alagoas (16,1 casos/100.000 hab.), conforme a Figura 6 e Tabela 2. Além de Santa Catarina, dez estados apresentaram taxas de detecção superiores à taxa média nacional: Mato Grosso do Sul (163,0 casos/100.000 hab.), Rio Grande do Sul (134,8 casos/100.000 hab.), Espírito Santo (114,1 casos/100.000 hab.), Roraima (111,3 casos/100.000 hab.), Rio de Janeiro (90,5 casos/100.000 hab.), Paraná (87,5 casos/100.000 hab.), Tocantins (83,1 casos/100.000 hab.), São Paulo (82,1 casos/100.000 hab.), Amazonas (81,5 casos/100.000 hab.) e Pernambuco (79,6 casos/100.000 hab.), de acordo com a Figura 6 e a Tabela 2.

Com relação às capitais, 16 delas apresentaram taxa de detecção mais elevada que a nacional: Florianópolis (307,1 casos/100.000 hab.), Campo Grande (282,4/100.000 hab.), Vitória (166,1/100.000 hab.), Porto Alegre (165,8/100.000 hab.), Curitiba (163,9/100.000 hab.), Boa Vista (145,2 casos/100.000 hab.), Belo Horizonte (129,8/100.000 hab.), Recife (127,4 casos/100.000 hab.), São Paulo (126,6/100.000 hab.), Palmas (125,7/100.000 hab.), Salvador (122,7/100.000 hab.), João Pessoa (109,8/100.000 hab.), Cuiabá (108,5 casos/100.000 hab.), Rio de Janeiro (105,9/100.000 hab.), Goiânia (95,5 casos/100.000 hab.) e Manaus (89,8/100.000 hab.), conforme a Figura 6.



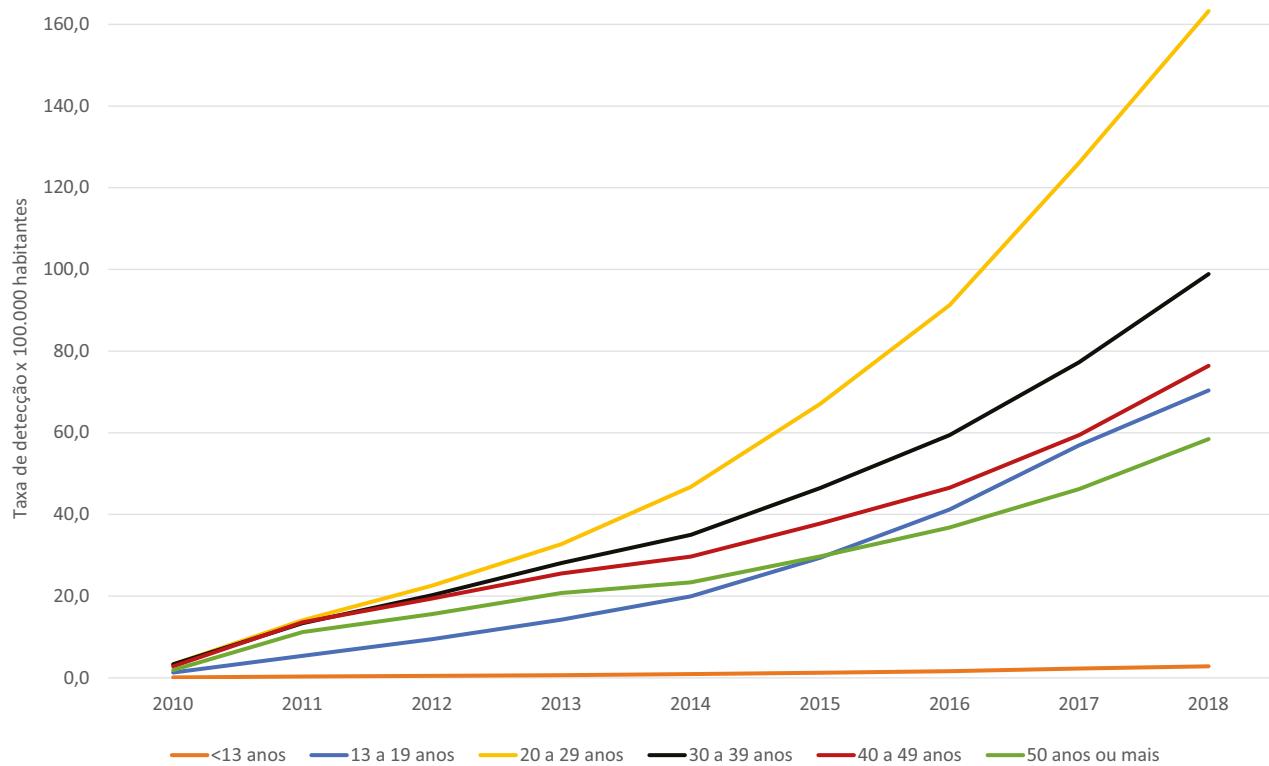
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 6 Taxas de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo UF e capitais. Brasil, 2018**

Em 2018, a maior parte das notificações de sífilis adquirida ocorreu em indivíduos entre 20 e 29 anos (35,1%), seguidos por aqueles na faixa entre 30 e 39 anos de idade (21,5%), conforme a Tabela 3.

A Figura 7 apresenta as taxas de detecção de sífilis adquirida segundo faixa etária, no período de 2010 a

2018. Observa-se um incremento na taxa de detecção para todas as faixas etárias, ressaltando a tendência mais acentuada de aumento na faixa etária de 20 a 29 anos, que em 2018 contabilizou 163,3 casos por 100.000 habitantes.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 7 Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo faixa etária. Brasil, 2010-2018**

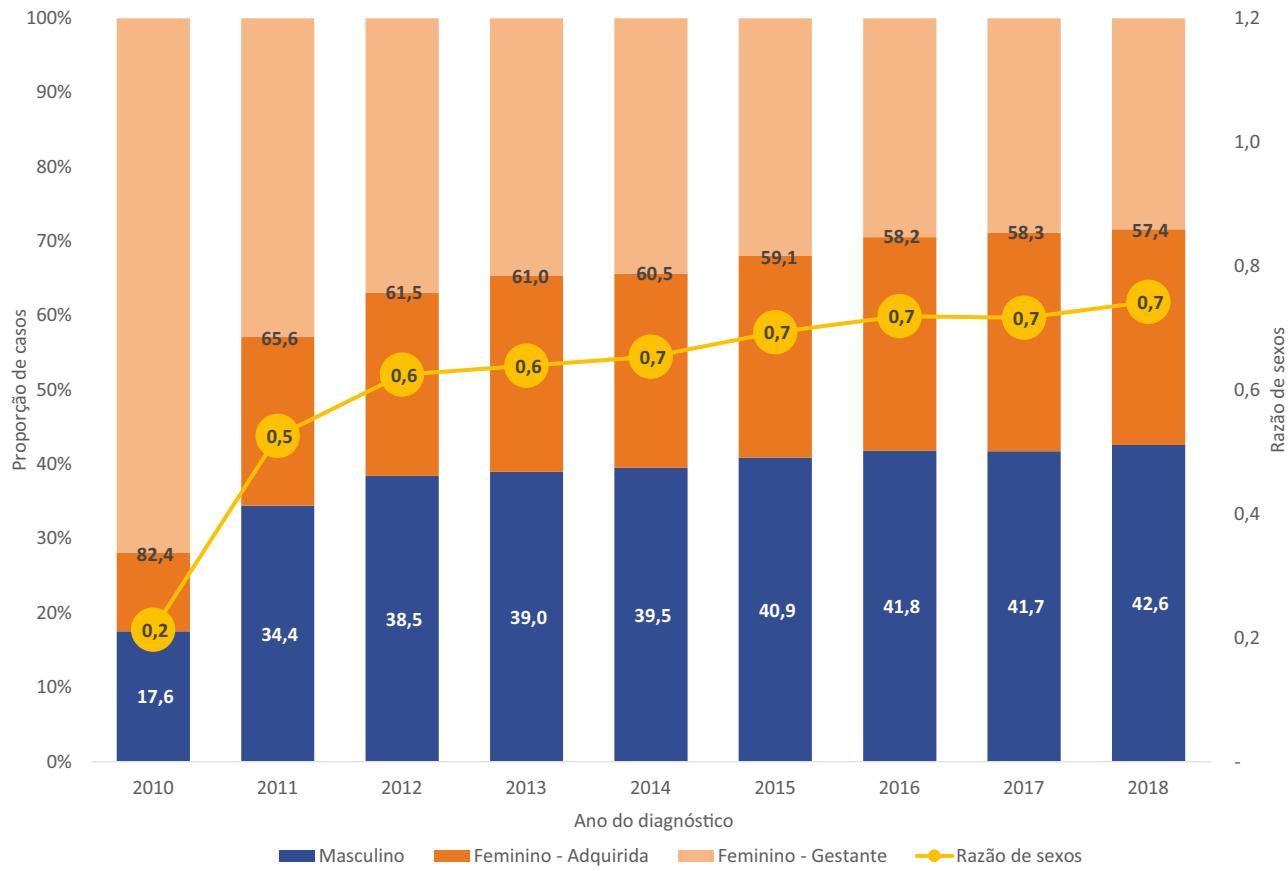
A Figura 8 apresenta os casos notificados de sífilis adquirida em homens e mulheres, incluindo os casos notificados em gestantes e razão de sexos por ano de diagnóstico no Brasil, de 2010 a 2018. Quando analisada a série histórica de casos notificados de sífilis, observa-se que 347.064 (40,6%) ocorreram em homens e 506.873 (59,4%) em mulheres; destas, 235.664 (46,5%) foram notificadas como sífilis adquirida e 271.209 (53,5%) como sífilis em gestante.

Em 2010, a razão de sexos (M:F) era de 0,2 (dois casos em homens para cada dez casos em mulheres); em 2018, foi de 0,7 (sete casos em homens para cada dez casos em mulheres), razão que vem se mantendo estável desde 2014, conforme a Figura 8 e a Tabela 3.

No ano de 2018, em 36,5% das notificações, a informação sobre escolaridade foi preenchida como “ignorada” ou

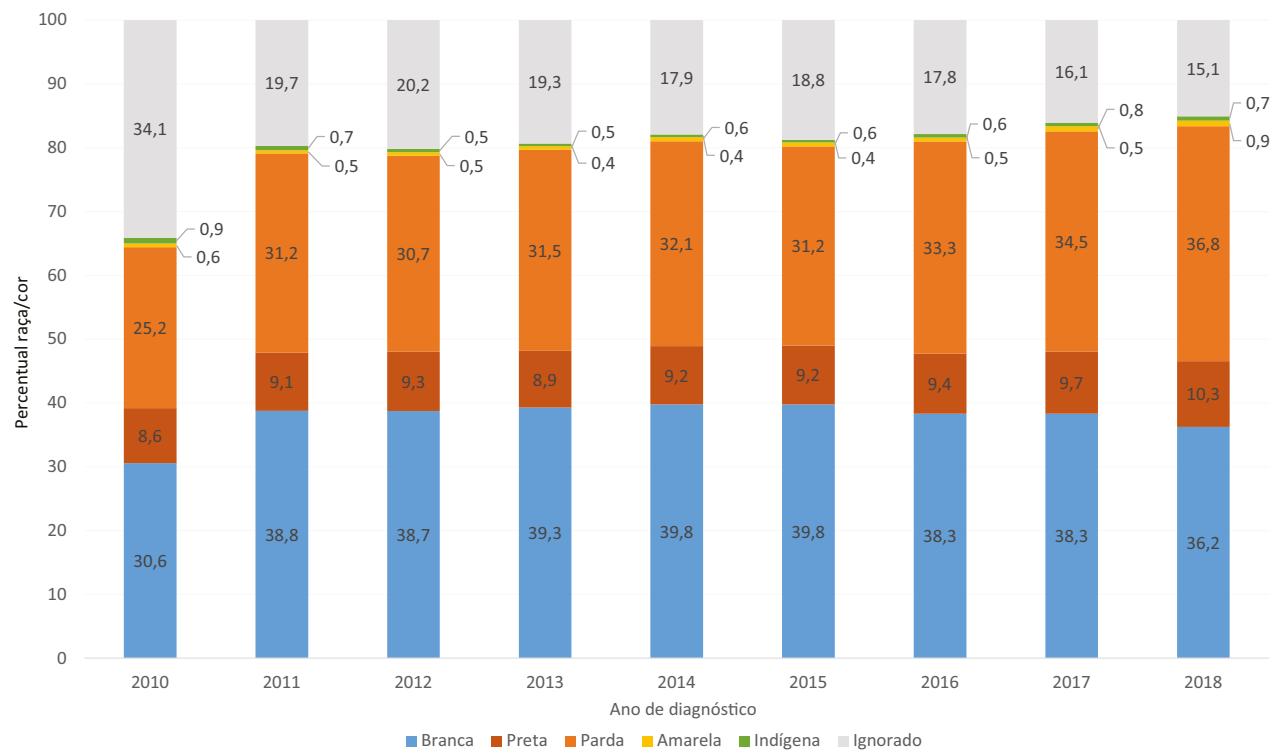
não houve preenchimento do campo. Entre os casos informados, 1,2% eram analfabetos, 20,0% não possuíam o ensino fundamental completo, 16,9% possuíam o fundamental completo ou médio incompleto e 24,9% possuíam pelo menos o ensino médio completo, conforme a Tabela 3.

Quanto à raça/cor, observou-se uma melhora no preenchimento dessa informação: em 2010, 34,0% tinham a informação ignorada, percentual este que foi reduzido para 15,1%, em 2018. Nesse ano, a maior parte das pessoas notificadas eram pardas (36,8%), seguidas de brancas (36,2%) e pretas (10,3%); considerando-se pardos e pretos, o percentual foi de 47,1%. Em toda a série histórica, a notificação de indivíduos de raça/cor amarela e indígena separadamente não ultrapassou 1% dos casos, conforme a Figura 9 e a Tabela 3.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 8 Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida e sífilis em gestante, segundo sexo e razão de sexos por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2018**

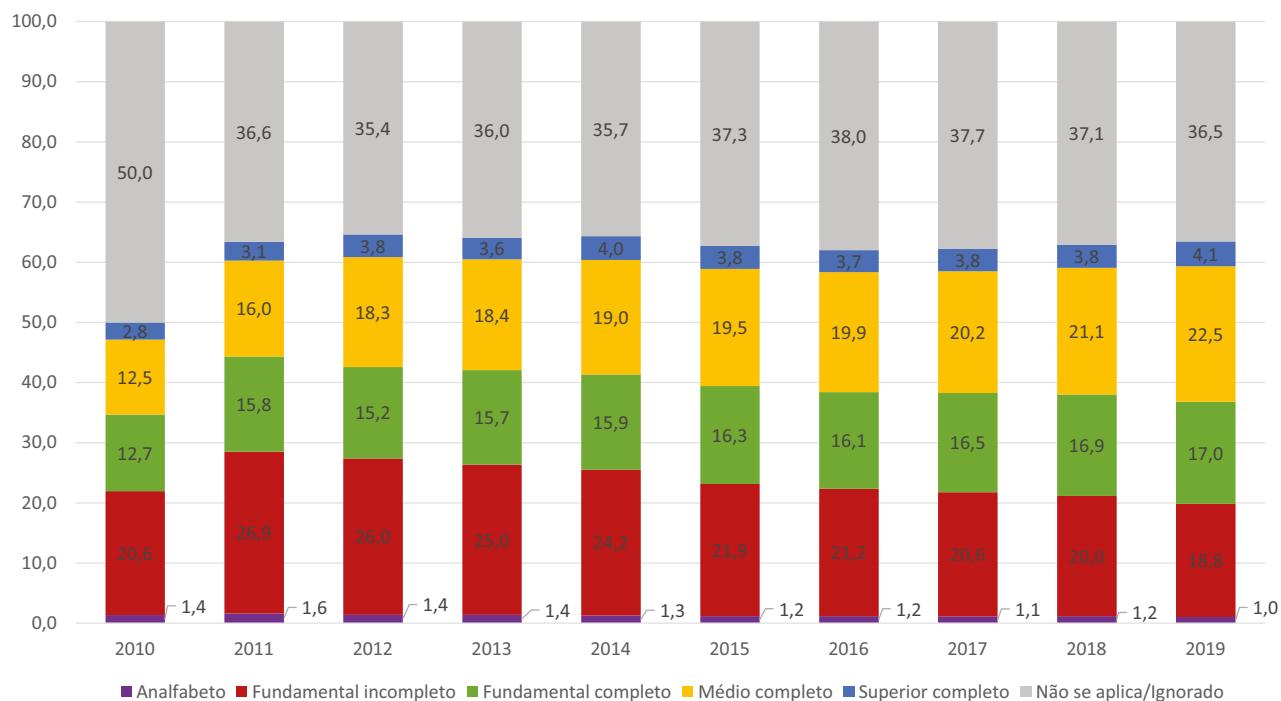


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 9 Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo raça/cor e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018**

Com relação à escolaridade, observou-se pequena redução no percentual de casos em indivíduos analfabetos ou com ensino fundamental incompleto e aumento no percentual de casos em indivíduos com ensino fundamental ou com médio completo.

Entretanto, as informações relativas à escolaridade ainda possuem déficit de preenchimento na ficha de notificação: em 2018, 36,5% das fichas apresentaram essa informação ignorada e em 0,6% dos casos a variável não se aplica, conforme a Figura 10 e a Tabela 3.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 10 Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo escolaridade e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018**

## Sífilis em gestantes

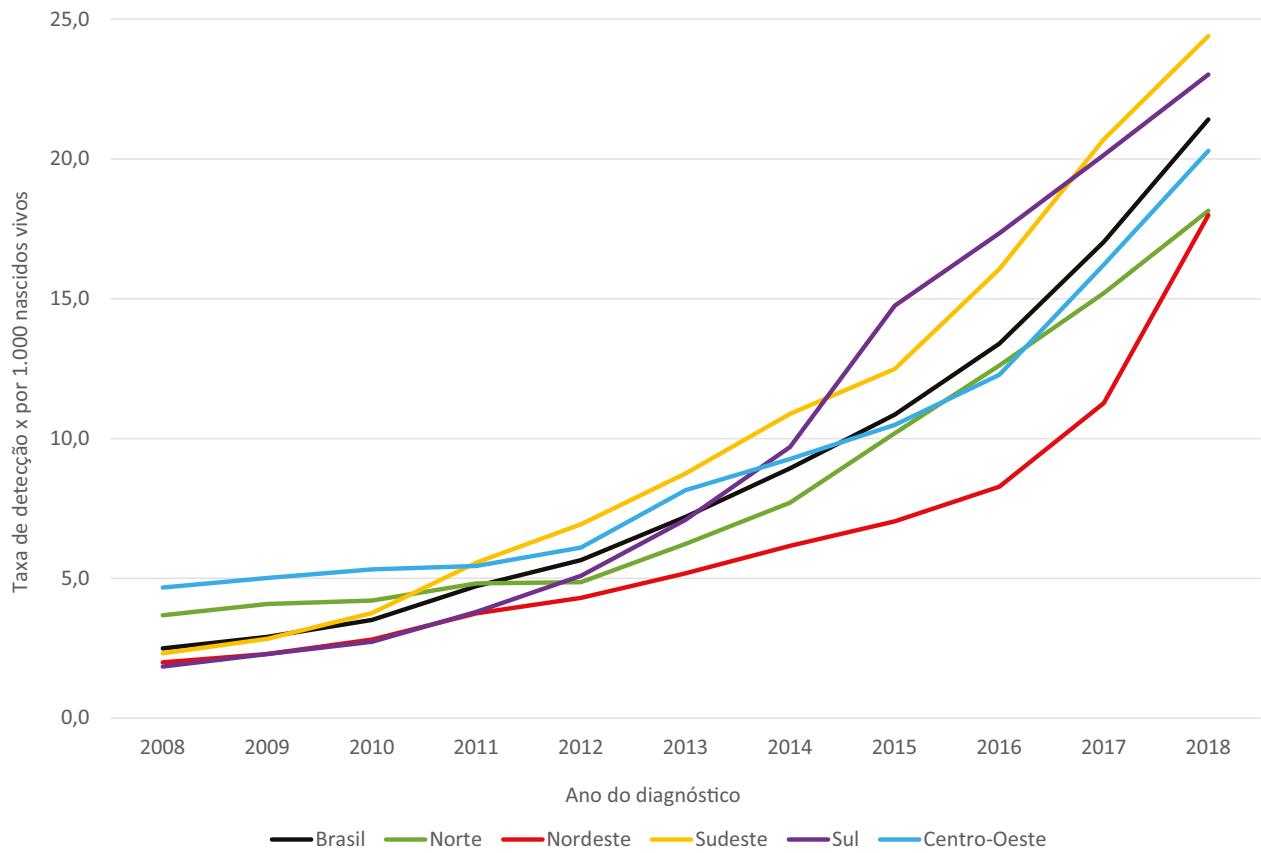
No período de 2005 a junho de 2019, foram notificados no Sinan 324.321 casos de sífilis em gestantes, dos quais 45,0% eram residentes na Região Sudeste, 21,0% na Região Nordeste, 14,7% na Região Sul, 10,4% na Região Norte e 8,9% na Região Centro-Oeste.

Em 2018, o número total de casos notificados no Brasil foi de 62.599 (25,7% mais casos que no ano anterior), dos quais 28.103 (44,9%) eram residentes no Sudeste, 14.705 (23,5%) no Nordeste, 9.153 (14,6%) no Sul, 5.675 (9,1%) no Norte e 4.953 (7,9%) no Centro-Oeste.

De 2017 para 2018, o número de notificações apresentou aumento em todas as regiões, com destaque para o incremento de 59,6% na Região Nordeste, conforme a

Tabela 4. Esse aumento pode ser atribuído, em parte, à mudança no critério de definição de casos, que passou a considerar a notificação durante o pré-natal, parto e puerpério a partir de outubro de 2017.

Em 2018, no Brasil, observou-se uma taxa de detecção de 21,4 casos de sífilis em gestantes/1.000 nascidos vivos (25,7% superior à taxa observada no ano anterior). As taxas de detecção das regiões Sudeste (24,4/1.000 nascidos vivos) e Sul (23,0/1.000 nascidos vivos) foram superiores à nacional. No último ano, constata-se que as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram os maiores aumentos em suas taxas de detecção, e a Região Sul foi a que apresentou o menor incremento, conforme a Figura 11 e a Tabela 4.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 11 Taxa de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) por região e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018**

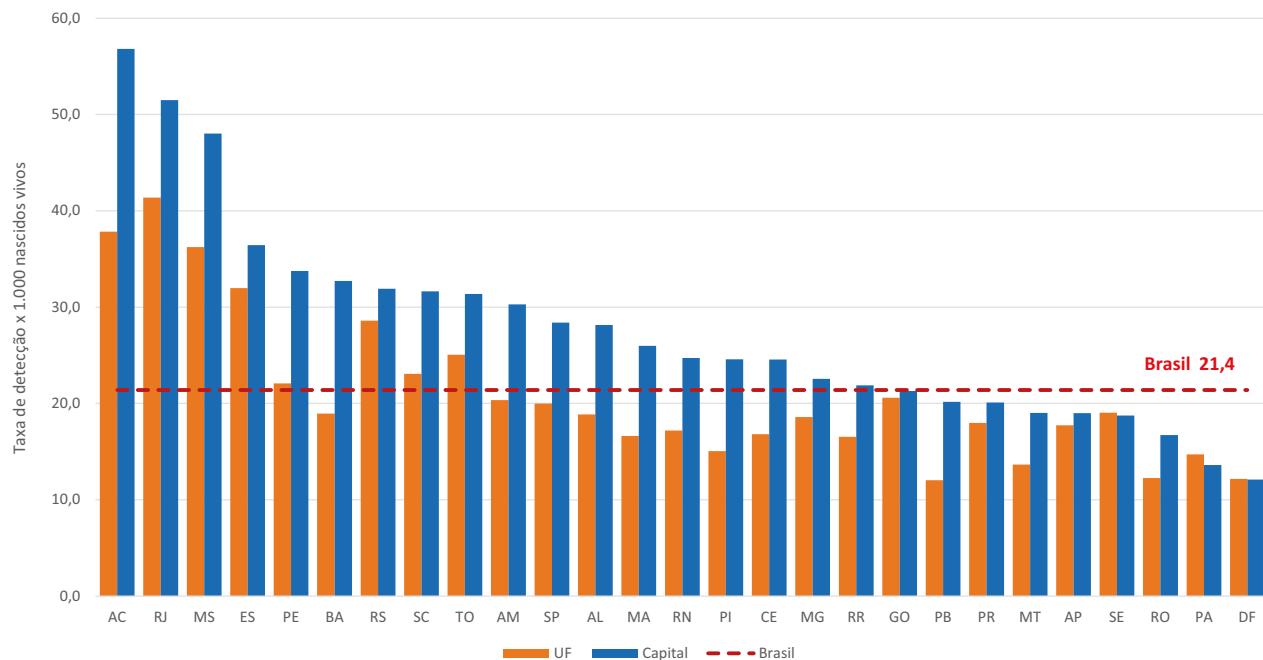
Ainda em relação às UF, a taxa de detecção mais elevada, em 2018, foi observada no Rio de Janeiro (41,4 casos/1.000 nascidos vivos, com incremento de 16,3% em relação ao ano anterior), e a mais baixa no Distrito Federal (12,2 casos/1.000 nascidos vivos, com incremento de 38,3% na comparação com 2017). Oito estados brasileiros apresentaram taxa de detecção em gestantes acima da taxa nacional: Rio de Janeiro (41,4/1.000), Acre (37,8/1.000), Mato Grosso do Sul (36,2/1.000), Espírito Santo (32,0/1.000), Rio Grande do Sul (28,6/1.000), Tocantins (25,1/1.000), Santa Catarina (23,1/1.000) e Pernambuco (22,1/1.000). Com exceção de Pernambuco, todos os estados da Região Nordeste apresentaram taxas abaixo da média nacional, conforme a Figura 12 e a Tabela 4.

Com relação às capitais, Rio Branco, Rio de Janeiro, Campo Grande, Vitória, Recife, Salvador, Porto Alegre, Florianópolis, Palmas, Manaus, São Paulo, Maceió, São Luís, Natal, Teresina, Fortaleza, Belo Horizonte e Boa Vista apresentaram as maiores taxas de detecção de sífilis em gestantes em 2018, todas superiores à taxa nacional, com destaque para as taxas de Rio Branco

(56,8 casos/1.000 nascidos vivos), do Rio de Janeiro (51,5 casos/1.000 nascidos vivos) e de Campo Grande (48,0 casos/1.000 nascidos vivos), conforme a Figura 12.

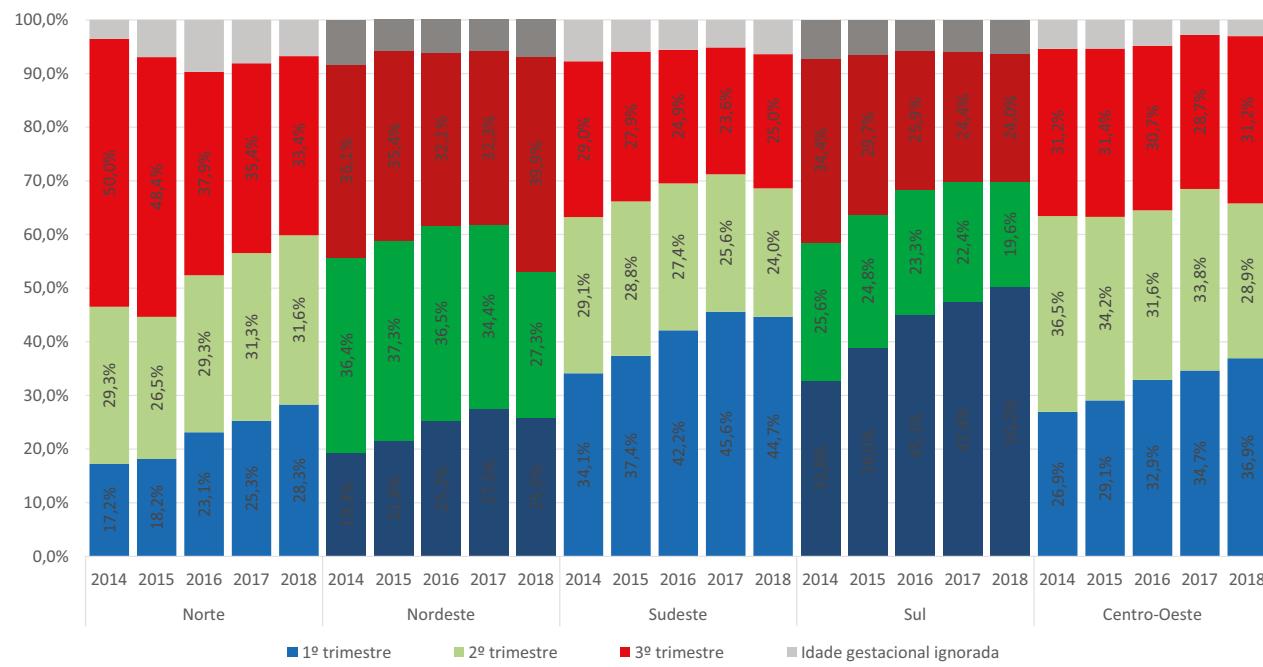
Quando analisada a idade gestacional de detecção de sífilis em gestantes, observou-se que, em 2018, a maior proporção das mulheres (39,0%) foi diagnosticada no primeiro trimestre, ao passo que 25,2% representaram diagnósticos realizados no segundo trimestre e 29,6% no terceiro trimestre. Ressalte-se que vem ocorrendo melhora no preenchimento dessa informação nas fichas de notificação: a opção “idade gestacional ignorada”, que era preenchida em 8,7% dos casos notificados em 2008, caiu para 5,8% no ano de 2018, conforme a Tabela 5.

Quando observado o diagnóstico de sífilis em gestantes segundo idade gestacional por regiões, no ano de 2018, nota-se que o diagnóstico no primeiro trimestre ocorre com maior proporção nas regiões Sul (50,2%) e Sudeste (44,7%), e com menor proporção nas regiões Nordeste (25,9%) e Norte (28,3%). Todas as regiões nos últimos cinco anos vêm apresentando aumento do diagnóstico da sífilis no primeiro trimestre da gestação, conforme a Figura 13.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 12** Taxas de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capitais. Brasil, 2018



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 13** Idade gestacional no momento do diagnóstico de sífilis, segundo região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2014 a 2018

No Brasil, considerando a série histórica de 2005 a 2018, observou-se que 52,5% das gestantes diagnosticadas com sífilis encontravam-se na faixa etária de 20 a 29 anos, 24,7% na de 15 a 19 anos e 19,4% na de 30 a 39 anos. Desde 2005, a proporção de diagnóstico de sífilis em gestantes entre 30 e 39 anos era superior à daquelas entre 15 a 19 anos, tendo-se observado uma inversão dessa relação a partir de 2011 (Tabela 5).

Quanto à escolaridade, 26,6% dessa informação foi registrada como “ignorada” em 2018. Além disso, 21,9% completaram o ensino médio e 51,5% das mulheres não tinham o ensino médio completo (Tabela 5).

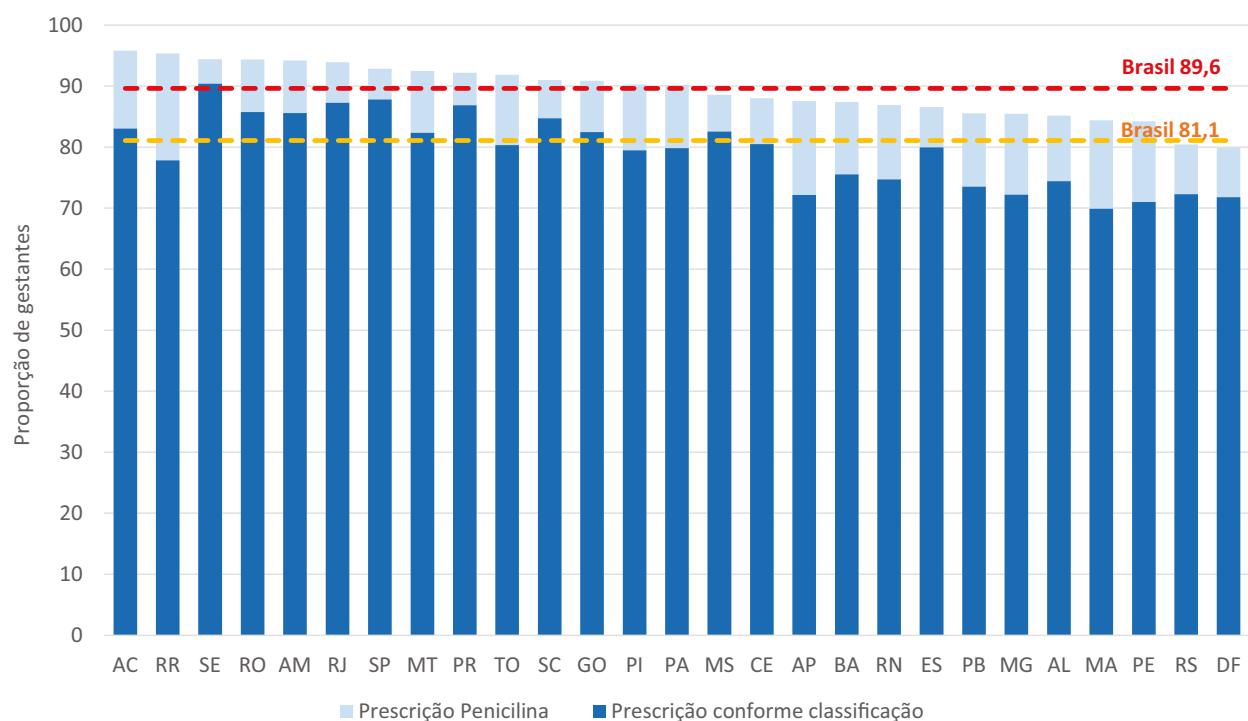
Sobre o critério raça/cor, identificou-se que, em 2018, 50,8% das mulheres gestantes diagnosticadas com sífilis eram pardas, 28,6% brancas e 12,2% pretas. Se consideradas as mulheres negras (pretas e pardas), o percentual foi de 63,0%. Observou-se melhora no preenchimento da variável raça/cor, cuja proporção de “ignorados” passou de 10,5% em 2008 para 6,9% em 2018. Em 2018, as mulheres indígenas e amarelas representaram 1,5% do total de gestantes com sífilis (Tabela 5).

Com relação ao tratamento, em 2018, 89,6% das prescrições foram de penicilina benzatina (pelo menos

uma dose) e 1,7% referiram-se a outros esquemas. Em 5,2% dos casos não houve tratamento e em 3,5% não constou informação sobre o tratamento (“ignorado”). As proporções de prescrição de penicilina na estratificação por UF variaram de 95,8% no Acre a 79,9% no Distrito Federal, conforme a Figura 14 e a Tabela 6.

Em 2018, as UF com as maiores proporções de gestantes com informação de tratamento não realizado foram Distrito Federal (9,8%), Pernambuco (8,4%) e Rio Grande do Sul (7,9%), como observado na Tabela 6.

Quando analisada a forma de tratamento prescrito, em 2018, observa-se que 81,1% tiveram tratamento prescrito de acordo com a classificação clínica da doença. Sergipe (90,4%), São Paulo (87,8%) e Rio de Janeiro (87,3%) foram os estados com maiores proporções de tratamento prescrito de acordo com a classificação, enquanto no Maranhão (69,9%), Pernambuco (71,0%) e Distrito Federal (71,8%) essa proporção foi menor (Figura 14 e Tabela 6). Há limitações nessas informações, pois não se pode garantir que os dados sobre a classificação clínica da doença informada estão condizentes com sua real fase, uma vez que se observa, em 2018, que 26,5% das gestantes foram classificadas como portadoras de sífilis primária (Tabela 7).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 14 Distribuição proporcional de sífilis em gestantes com tratamento prescrito com penicilina (ao menos uma dose) e prescrito conforme classificação clínica, segundo UF. Brasil, 2018**

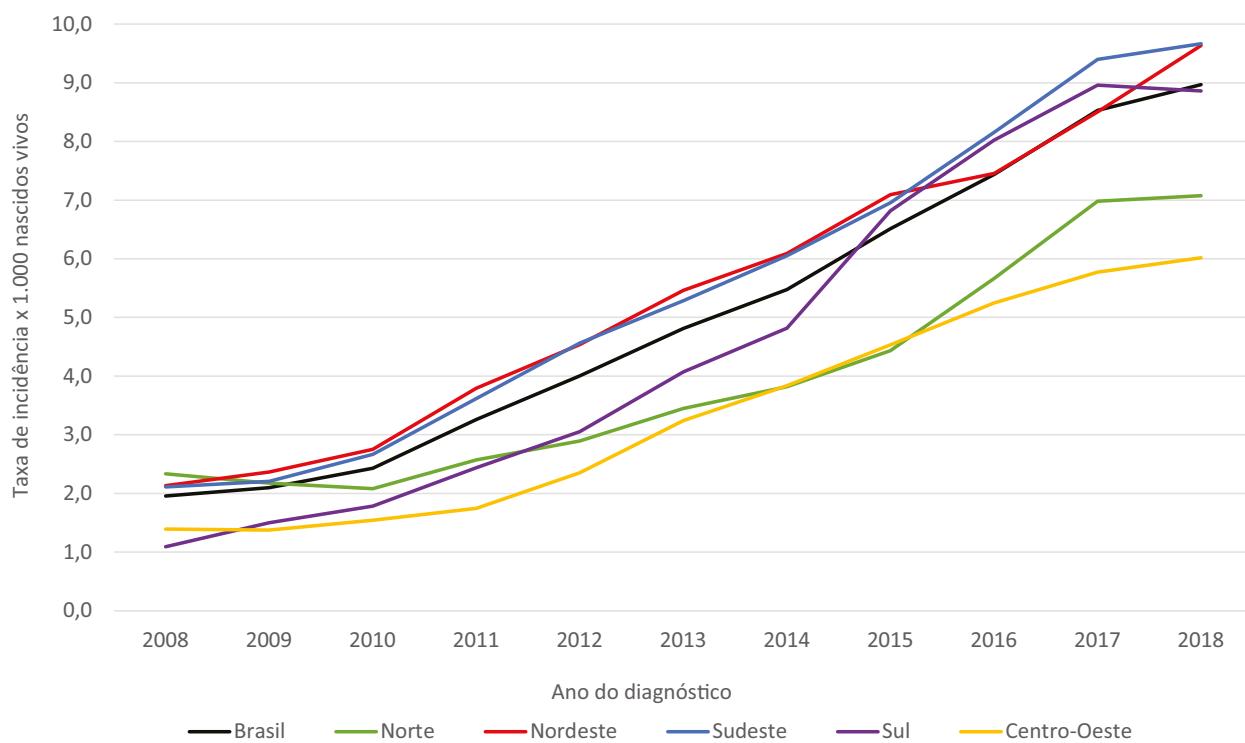
## Sífilis congênita

De 1998 a junho de 2019, foram notificados no Sinan 214.891 casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, dos quais 95.353 (44,4%) eram residentes na Região Sudeste, 64.991 (30,2%) no Nordeste, 24.343 (11,3%) no Sul, 18.119 (8,5%) no Norte e 11.979 (5,6%) no Centro-Oeste (Tabela 8).

Em 2018, foram notificados 26.219 casos, a maioria dos quais (42,5%) residiam na Região Sudeste, seguidos pelo Nordeste (30,0%), Sul (13,5%), Norte (8,4%) e Centro-Oeste (5,6%). De 2017 para 2018, houve aumento de 5,2% no número de notificações no Brasil. Com relação às regiões, o maior incremento ocorreu na Região Nordeste (13,3%), seguida das regiões Centro-Oeste (4,3%),

Sudeste (2,9%) e Norte (1,4%). A Região Sul foi a única em que houve redução no número de casos notificados: em 2018 apresentou 1,1% a menos do que em 2017 (Tabela 8).

Em 2018, observou-se uma taxa de incidência de 9,0 casos/1.000 nascidos vivos no Brasil, tendo as Regiões Sudeste (9,7 casos/1.000 nascidos vivos) e Nordeste (9,6 casos/1.000 nascidos vivos) mostrado as maiores taxas, ambas acima da taxa nacional. A taxa da Região Sul apresentou-se quase igual à do país (8,9 casos/1.000 nascidos vivos), enquanto as regiões Norte (7,1 casos/1.000 nascidos vivos) e Centro-Oeste (6,0 casos/1.000 nascidos vivos) mostraram taxas de sífilis congênita abaixo da taxa do país, conforme a Figura 15 e a Tabela 8.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

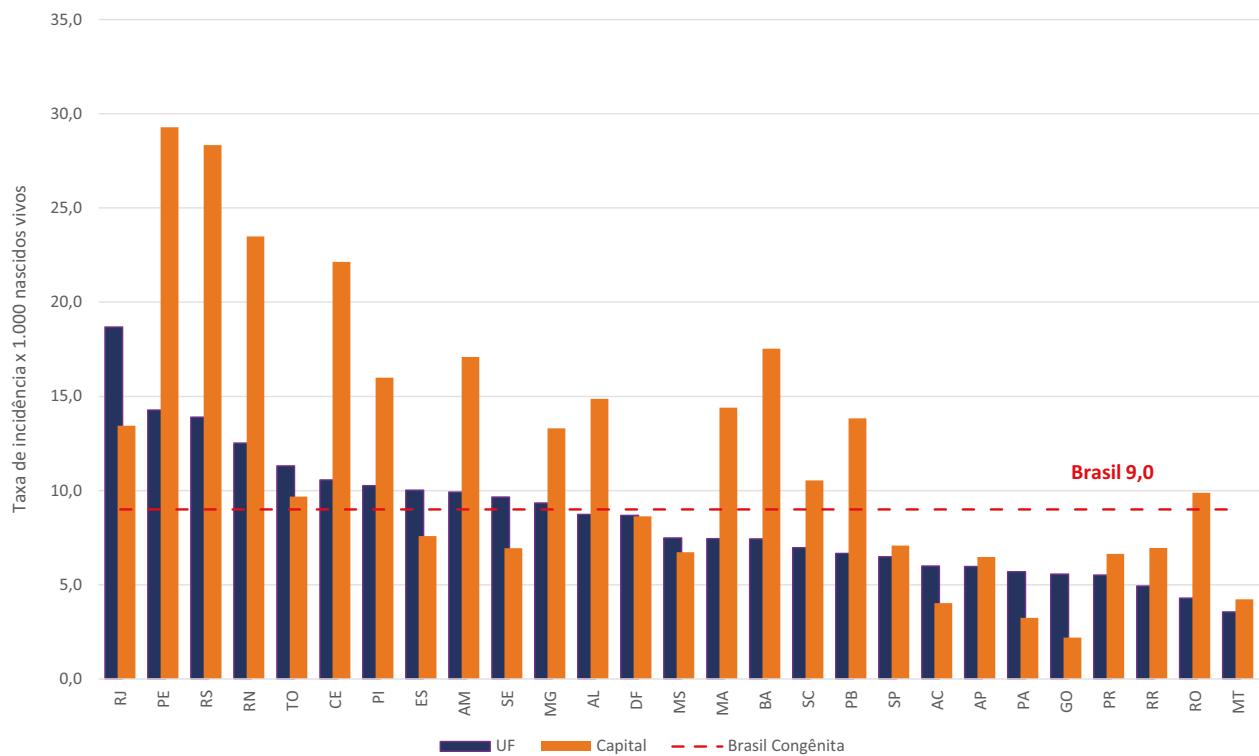
**FIGURA 15** Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) por região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018

Entre os anos de 2017 e 2018, as UF que apresentaram aumentos mais expressivos nas taxas de incidência foram Roraima (132,0%) e Maranhão (97,2%). Por outro lado, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram as UF que tiveram as maiores reduções nessa taxa entre 2017 e 2018: 23,3% e 20,6%, respectivamente (Tabela 8).

No Brasil, em geral, nos últimos dez anos, em especial a partir de 2010, houve um progressivo aumento na taxa de incidência de sífilis congênita: em 2008, a taxa era de 2,0 caso/1.000 nascidos vivos e, em 2018, foi mais de quatro vezes maior que a taxa de 2008, passando para 9,0 casos/1.000 nascidos vivos, conforme a Tabela 8.

Em 2018, 11 UF apresentaram taxas de incidência de sífilis congênita superiores à taxa nacional (9,0

casos/1.000 nascidos vivos): Rio de Janeiro (18,7 casos/1.000 nascidos vivos), Pernambuco (14,3 casos/1.000 nascidos vivos), Rio Grande do Sul (13,9 casos/1.000 nascidos vivos), Rio Grande do Norte (12,5 casos/1.000 nascidos vivos), Tocantins (11,3 casos/1.000 nascidos vivos), Ceará (10,6 casos/1.000 nascidos vivos), Piauí (10,3 casos/1.000 nascidos vivos), Espírito Santo (10,0 casos/1.000 nascidos vivos), Amazonas (9,9 casos/1.000 nascidos vivos), Sergipe (9,7 casos/1.000 nascidos vivos) e Minas Gerais (9,3 casos/1.000 nascidos vivos). As outras 16 UF apresentaram taxas inferiores, variando de 3,6 casos/1.000 nascidos vivos no Mato Grosso a 8,7 casos/1.000 nascidos vivos em Alagoas e no Distrito Federal, conforme a Figura 16 e a Tabela 8.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 16** Taxas de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capital. Brasil, 2018

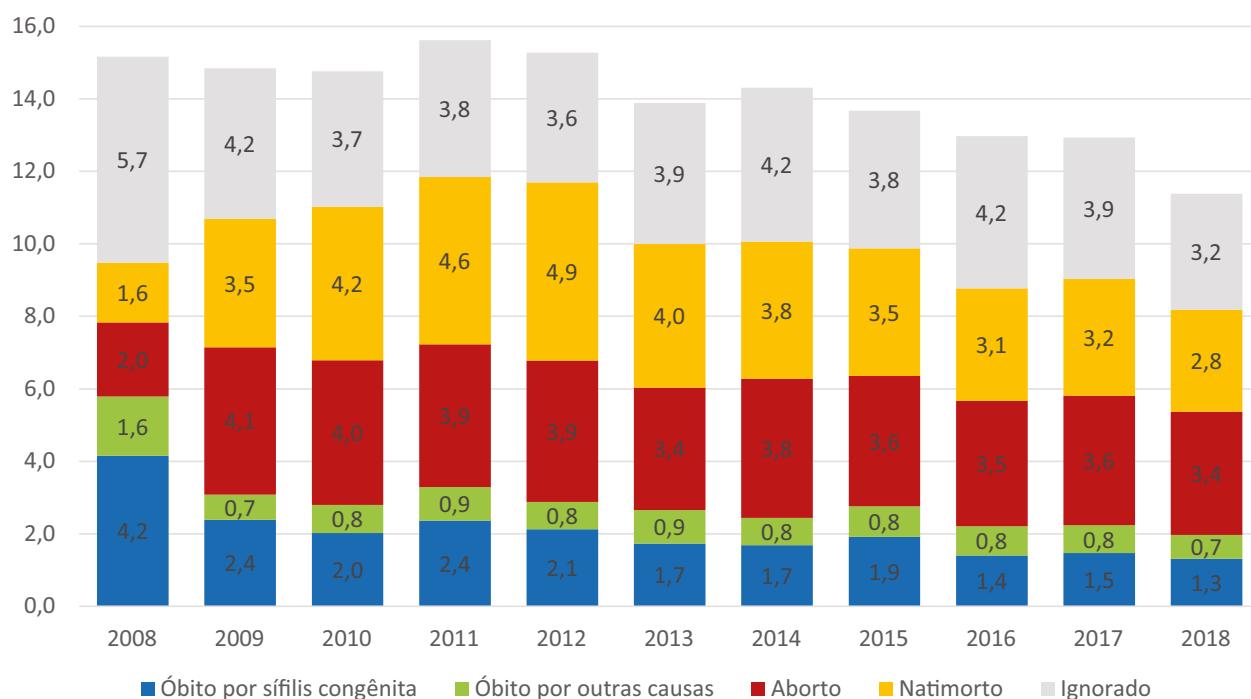
Dentre as capitais, Recife e Porto Alegre foram as que apresentaram as maiores taxas de incidência em 2018: 29,3 e 28,3 casos/1.000 nascidos vivos, respectivamente, taxas que representam mais de três vezes a taxa do Brasil. Doze capitais estão abaixo da média nacional (9,0/1.000 nascidos vivos): Goiânia (2,2 /1.000 nascidos vivos), Belém (3,2/1.000 nascidos vivos), Rio Branco (4,0/1.000 nascidos vivos), Cuiabá (4,2/1.000 nascidos vivos), Macapá (6,5 /1.000 nascidos vivos), Curitiba (6,6/1.000 nascidos vivos), Campo Grande (6,7/1.000 nascidos vivos), Aracaju (6,9/1.000 nascidos vivos), Boa Vista (7,0/1.000 nascidos vivos), São Paulo (7,1/1.000 nascidos vivos), Vitória (7,6/1.000 nascidos vivos) e Brasília (8,6/1.000 nascidos vivos), conforme a Figura 16.

Ao se compararem as taxas de detecção de sífilis em gestantes com as taxas de incidência de sífilis congênita em cada uma das capitais, nota-se que, em 2018, nenhuma capital apresentou taxa de incidência de sífilis congênita maior do que a taxa de detecção de sífilis em gestantes. Goiânia, Curitiba, Cuiabá, Macapá,

Aracaju, Belém e Brasília são as únicas capitais que apresentaram as duas taxas menores do que as taxas nacionais, conforme a Figura 4.

Em 2018, houve 25.889 (98,4%) casos de sífilis congênita em neonatos (até 28 dias de vida), dos quais 25.456 (96,8%) foram diagnosticados na primeira semana de vida. Quanto ao diagnóstico final dos casos (26.308), observou-se que 93,6% foram classificados como sífilis congênita recente, 3,4% como aborto por sífilis, 2,8% como natimorto e 0,2% como sífilis congênita tardia (Tabela 9).

Com relação à evolução dos casos, nota-se redução do percentual de desfechos desfavoráveis ao longo dos anos. Em 2018, do total de 26.308 casos, 88,6% das crianças com sífilis congênita estavam vivas e 11,4% apresentaram algum desfecho desfavorável, dos quais 1,3% foram classificados como óbito por sífilis congênita, 0,7% como óbito por outras causas, 3,4% como aborto e 2,8% como natimorto, e 3,2% tiveram evolução ignorada (Figura 17 e Tabela 9).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2019.

**FIGURA 17** Distribuição proporcional de casos de sífilis congênita por tipo de desfecho desfavorável segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2018

Os maiores percentuais de casos de sífilis congênita, em 2018, ocorreram em crianças cujas mães tinham entre 20 e 29 anos de idade (53,6%), seguidas daquelas nas faixas de 15 a 19 anos (23,4%) e de 30 a 39 anos (18,0%), conforme a Tabela 10.

Quanto à escolaridade materna, observou-se que a maior parte possuía da 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série incompleta (22,2%) e que, em 27,0% dos casos, essa informação foi classificada como ignorada (Tabela 10).

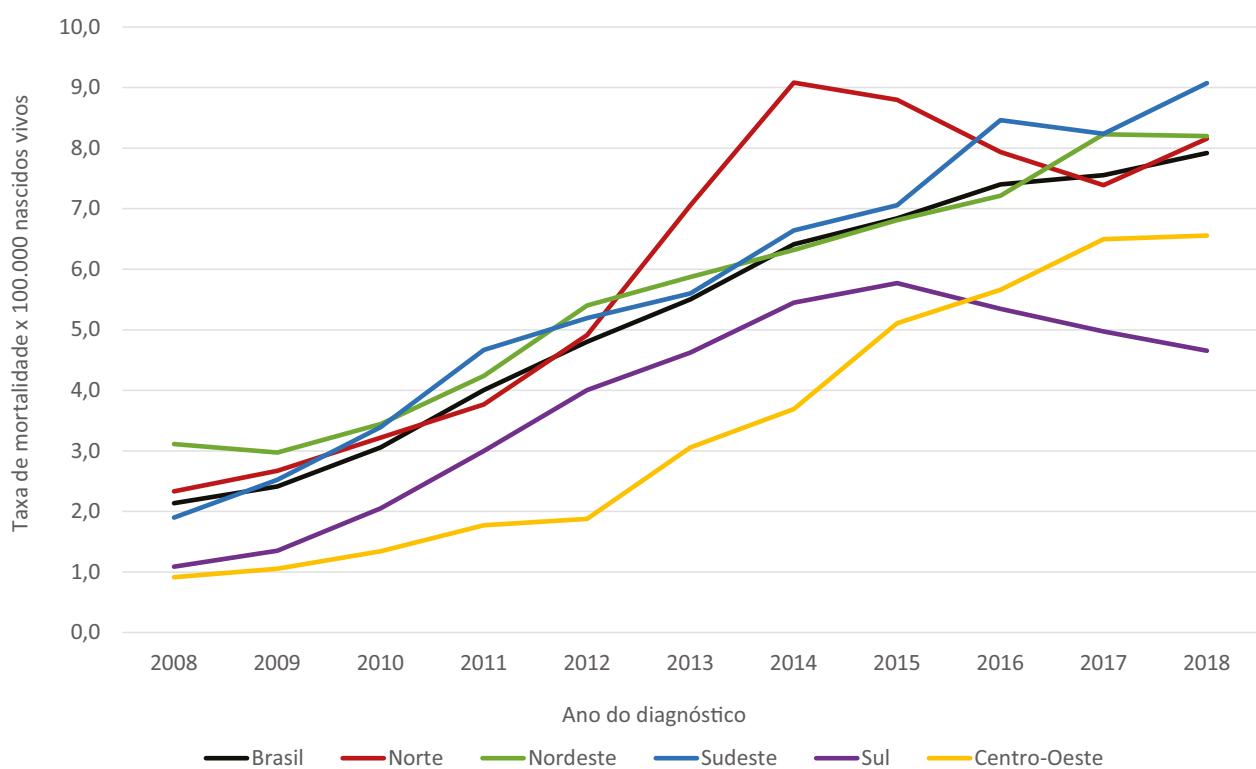
Em relação à raça/cor das mães das crianças com sífilis congênita, a maioria delas se declararam como pardas (58,4%), seguidas das brancas (23,4%) e pretas (8,9%), conforme a Tabela 10.

No que concerne ao acesso ao pré-natal, em 2018, 81,8% das mães de crianças com sífilis congênita fizeram pré-natal, enquanto 13,3% não o fizeram e 4,9% apresentaram informação ignorada. Em relação ao momento do diagnóstico, 57,6% tiveram diagnóstico de sífilis durante o pré-natal, 31,8% no momento do parto/curetagem, 5,6% após o parto e 0,8% não tiveram diagnóstico, além de haver 4,3% de ignorados (Tabela 10).

Quanto à mortalidade infantil (em menores de um ano de idade) por sífilis congênita, no período de 1998 a 2018, o número de óbitos declarados no SIM foi de 2.575, sendo 1.120 (43,5%) na Região Sudeste (dos quais 732 foram registrados no estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a 28,4% do Brasil), 805 (31,3%) no Nordeste, 287 (11,1%) no Norte, 245 (9,5%) no Sul e 118 (4,6%) no Centro-Oeste, conforme a Tabela 11.

Em 2018, foi declarado no SIM um total de 241 óbitos por sífilis em crianças menores de um ano, o que corresponde a um coeficiente de mortalidade de 8,2 por 100.000 nascidos vivos. Em relação à região de residência, verificou-se um coeficiente de 9,4 para a Região Nordeste, 8,8 para o Sudeste, 8,6 para o Norte, 6,1 para o Centro-Oeste e 5,3 para o Sul, segundo a Tabela 11.

Nos últimos dez anos, no Brasil, o coeficiente de mortalidade infantil por sífilis passou de 1,9/100.000 nascidos vivos em 2008 para 8,2 /100.000 nascidos vivos em 2018. Em 2017, o coeficiente de mortalidade foi de 7,6/100.000 nascidos vivos, o que representa um aumento de 8,5% em relação a 2018, conforme a Figura 18 e a Tabela 11.

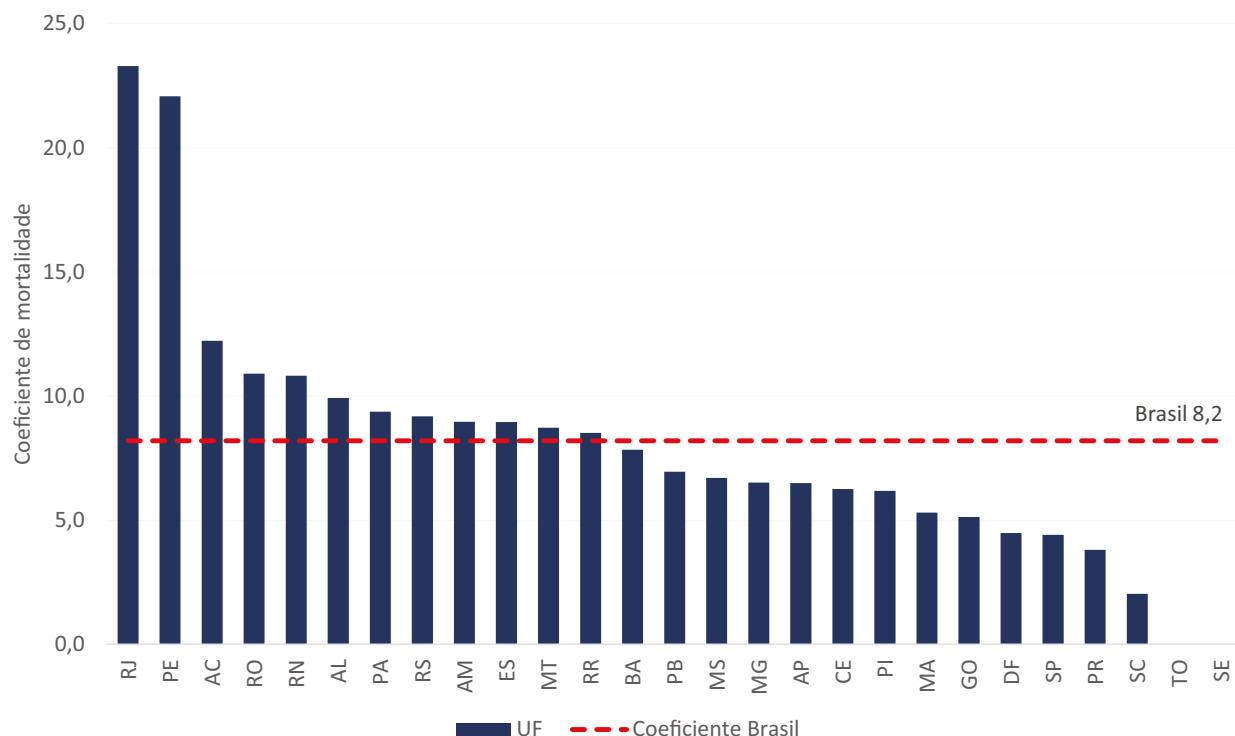


Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), atualizado em 31/12/2018.  
Nota: taxas suavizadas pelo método de médias móveis.

**FIGURA 18** Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo região de residência. Brasil, 2008 a 2018

As UF com os maiores coeficientes de mortalidade por sífilis congênita em menores de um ano por 100.000 nascidos vivos em 2018 foram Rio de Janeiro (23,3), Pernambuco (22,1), Acre (12,2), Rondônia (10,9), Rio Grande do Norte (10,8), Alagoas (9,9), Pará (9,4), Rio

Grande do Sul (9,2), Amazonas (9,0), Espírito Santo (9,0), Mato Grosso (8,7) e Roraima (8,5), todas com coeficientes acima do coeficiente de mortalidade nacional, conforme a Figura 19.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), atualizado em 31/12/2018.

**FIGURA 19** Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo UF residência. Brasil, 2018

## Tabelas

**Tabela 2 - Casos e taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2019<sup>(1,2,3)</sup>**

UF de notificação	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total <sup>(4)</sup>
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	
<b>Brasil</b>	3929	21	18317	9,5	28082	14,5	39566	19,7	50876	25,1	69729	34,1	91728	44,5	122679	59,1	158051	75,8	67301	650258	
<b>Norte</b>	<b>156</b>	<b>1,0</b>	<b>520</b>	<b>3,2</b>	<b>873</b>	<b>5,3</b>	<b>1488</b>	<b>8,7</b>	<b>1751</b>	<b>10,1</b>	<b>2211</b>	<b>12,6</b>	<b>4139</b>	<b>23,3</b>	<b>6124</b>	<b>34,1</b>	<b>9890</b>	<b>54,4</b>	<b>4860</b>	<b>32012</b>	
Rondônia	15	1,0	45	2,9	62	3,9	118	6,8	188	10,8	311	17,6	696	38,9	751	41,6	1096	62,4	426	3708	
Acre	5	0,7	7	0,9	7	0,9	27	3,5	47	5,9	86	10,7	143	17,5	324	39,1	490	56,4	144	1280	
Amazonas	92	2,6	282	8,0	616	17,2	947	24,9	866	22,4	783	19,9	1082	27,0	1723	42,4	3325	81,5	1999	11715	
Roraima	0	-	6	1,3	7	1,5	5	1,0	43	8,7	104	20,6	257	50,0	186	35,6	642	111,3	356	1606	
Pará	37	0,5	141	1,8	125	1,6	236	3,0	394	4,9	475	5,8	1060	12,8	1762	21,1	2625	30,8	1137	7992	
Amapá	1	0,1	2	0,3	1	0,1	29	3,9	33	4,4	79	10,3	187	23,9	267	33,5	420	50,6	191	1210	
Tocantins	6	0,4	37	2,6	55	3,9	126	8,5	180	12,0	373	24,6	714	46,6	1111	71,7	1292	83,1	607	4501	
<b>Nordeste</b>	<b>360</b>	<b>0,7</b>	<b>2061</b>	<b>3,9</b>	<b>2535</b>	<b>4,7</b>	<b>3414</b>	<b>6,1</b>	<b>4377</b>	<b>7,8</b>	<b>6878</b>	<b>12,2</b>	<b>10549</b>	<b>18,5</b>	<b>15704</b>	<b>27,4</b>	<b>26644</b>	<b>46,9</b>	<b>11196</b>	<b>83718</b>	
Maranhão	10	0,2	19	0,3	52	0,8	102	1,5	306	4,5	590	8,5	865	12,4	1290	18,4	1779	25,3	731	5744	
Piauí	4	0,1	75	2,4	42	1,3	74	2,3	115	3,6	144	4,5	232	7,2	363	11,3	825	25,3	540	2414	
Ceará	190	2,2	646	7,6	493	5,7	500	5,7	501	5,7	630	7,1	1073	12,0	1726	19,1	2712	29,9	1329	9800	
Rio Grande do Norte	16	0,5	138	4,3	279	8,6	320	9,5	370	10,9	598	17,4	670	25,0	1422	40,5	1713	49,2	933	6659	
Paraíba	16	0,4	124	3,3	130	3,4	143	3,7	149	3,8	301	7,6	268	6,7	1033	25,7	1564	39,1	840	4568	
Pernambuco	23	0,3	394	4,4	391	4,4	375	4,1	466	5,0	1265	13,5	2481	26,4	3205	33,8	7556	79,6	3418	19574	
Alagoas	9	0,3	22	0,7	40	1,3	54	1,6	75	2,3	99	3,0	274	8,2	485	14,4	535	16,1	203	776	
Sergipe	12	0,6	312	14,9	521	24,7	926	42,2	939	42,3	987	44,0	857	37,8	1146	50,1	797	35,0	271	6768	
Bahia	80	0,6	331	2,3	587	4,1	920	6,1	1456	9,6	2264	14,9	3629	23,8	5034	32,8	9163	61,9	2931	26395	
<b>Sudeste</b>	<b>2579</b>	<b>3,2</b>	<b>13282</b>	<b>16,4</b>	<b>19461</b>	<b>23,9</b>	<b>26723</b>	<b>31,6</b>	<b>32342</b>	<b>38,0</b>	<b>39451</b>	<b>46,0</b>	<b>49700</b>	<b>57,6</b>	<b>63490</b>	<b>73,0</b>	<b>78182</b>	<b>81,9</b>	<b>29339</b>	<b>346209</b>	
Minas Gerais	162	0,8	780	4,0	1571	7,9	2312	11,2	3402	16,4	5639	27,0	7530	35,9	10884	51,5	13364	68,3	7024	53668	
Espírito Santo	118	3,4	954	26,9	1517	42,4	2012	52,4	2318	59,7	2511	63,9	3414	85,9	3587	89,3	4534	114,1	2022	22987	
Rio de Janeiro	1210	7,6	1482	9,2	1874	11,2	3258	19,9	3077	18,7	4192	25,3	7361	44,2	12080	72,3	15537	90,5	5980	55991	
São Paulo	1089	2,6	10066	24,2	14559	34,7	19141	43,8	23545	53,5	27109	61,1	31395	70,2	36939	81,9	37407	82,1	14313	215563	
<b>Sul</b>	<b>315</b>	<b>1,2</b>	<b>1583</b>	<b>5,7</b>	<b>3974</b>	<b>14,3</b>	<b>673</b>	<b>21,4</b>	<b>10286</b>	<b>35,4</b>	<b>17458</b>	<b>59,7</b>	<b>21803</b>	<b>74,1</b>	<b>29365</b>	<b>99,1</b>	<b>36808</b>	<b>123,7</b>	<b>16239</b>	<b>144004</b>	
Paraná	77	0,7	436	4,1	807	7,6	1416	12,9	2337	21,1	4262	38,2	5513	49,0	7756	68,5	9928	87,5	4949	37481	
Santa Catarina	52	0,8	261	4,1	563	8,8	1429	21,5	2033	30,2	3158	46,3	5504	79,6	8503	121,5	11611	164,1	4373	37487	
Rio Grande do Sul	186	1,7	886	8,3	2604	24,2	3328	29,8	5916	52,8	10038	89,2	10786	95,6	13106	115,7	15269	134,8	6917	69036	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>518</b>	<b>3,7</b>	<b>870</b>	<b>61</b>	<b>1235</b>	<b>8,6</b>	<b>1764</b>	<b>11,8</b>	<b>2116</b>	<b>13,9</b>	<b>3726</b>	<b>24,1</b>	<b>5532</b>	<b>35,3</b>	<b>7985</b>	<b>50,3</b>	<b>12855</b>	<b>79,9</b>	<b>5656</b>	<b>42257</b>	
Mato Grosso do Sul	368	15,0	534	21,6	825	32,9	1067	41,2	1107	42,3	1138	42,9	1406	52,4	3028	1116	4478	163,0	1573	15524	
Mato Grosso	24	0,8	130	4,2	223	5,0	223	7,0	330	10,2	680	20,8	821	24,8	989	29,6	1741	50,6	618	5712	
Goiás	105	1,7	148	2,4	186	3,0	342	5,3	483	7,4	1156	17,5	1934	28,9	2432	35,9	4828	69,8	2602	14216	
Distrito Federal	21	0,8	58	2,2	68	4,7	132	4,7	196	6,9	752	25,8	1371	46,0	1536	50,5	1808	60,8	863	6805	

Fonte: M/S/Sys/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.  
Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019. (2) Notificação compulsória a partir de agosto de 2010. (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (4) 58 casos ignorados em relação à UF.

**Tabela 3 - Casos de sifílis adquirida segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2019<sup>(1,2)</sup>**

Variáveis	2010				2011				2012				2013				2014				2015				2016				2017				2018				Total			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%						
<b>Sexo</b>																																								
Masculino	2455	62,5	11045	60,3	17115	60,9	23575	59,6	30618	60,2	41946	60,2	54356	59,3	71977	58,7	93977	59,5	40248	59,8	38732	59,6																		
Feminino	1674	37,5	7268	39,7	10961	39,0	15982	40,4	20232	39,8	27766	39,8	37336	40,7	50652	41,3	63993	40,5	27006	40,1	262670	40,4																		
Ignorado	0	0,0	4	0,0	6	0,0	9	0,0	26	0,1	17	0,0	36	0,0	50	0,0	81	0,1	47	0,1	26	0,0																		
Total	3929	100,0	18317	100,0	28082	100,0	39566	100,0	50876	100,0	69729	100,0	91728	100,0	122679	100,0	158051	100,0	67301	100,0	650258	100,0																		
Razão de sexos	1,7	-	1,5	-	1,6	-	1,5	-	1,5	-	1,5	-	1,5	-	1	-	1	-	1,4	-	1,5	-	1,5	-	1,5	-	1,5	-	1,5	-	1,5	-								
<b>Faixa etária</b>																																								
Menor de 13 anos	33	0,8	123	0,7	196	0,7	274	0,7	369	0,7	503	0,7	636	0,7	889	0,7	1092	0,7	471	0,7	4586	0,7																		
13 a 19 anos	313	8,0	1286	7,0	2272	8,1	3418	8,6	4796	9,4	7063	10,1	9872	10,8	13586	11,1	16680	10,6	7370	11,0	66656	10,3																		
20 a 29 anos	1165	29,7	4923	26,9	7858	28,0	11332	28,6	16089	31,6	22973	32,9	31129	33,9	42926	35,0	55528	35,1	24482	36,4	218405	33,6																		
30 a 39 anos	1004	25,6	4118	22,5	6386	22,7	9880	22,9	11536	22,7	15574	22,3	20152	22,0	26647	21,6	34011	21,5	14670	21,8	142978	22,0																		
40 a 49 anos	703	17,9	3457	18,9	4990	17,8	6652	16,8	7820	15,4	10099	14,5	12655	13,8	16427	13,4	21516	13,6	8768	13,0	93087	14,3																		
50 anos ou mais	711	18,1	4410	24,1	6380	22,7	8810	22,3	10266	20,2	13517	19,4	17284	18,8	2204	18,3	29224	18,5	11540	17,1	12456	19,2																		
Total	3929	100,0	18317	100,0	28082	100,0	39566	100,0	50876	100,0	69729	100,0	91728	100,0	122679	100,0	158051	100,0	67301	100,0	650258	100,0																		
<b>Escolaridade<sup>(3)</sup></b>																																								
Analfabeto	54	1,4	295	1,6	392	1,4	548	1,4	655	1,3	828	1,2	1079	1,2	1393	1,1	1867	1,2	701	1,0	7812	1,2																		
1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> incompleta	216	5,5	1473	8,0	2181	7,8	2803	7,1	3336	6,6	4029	5,8	4893	5,3	6772	5,5	8480	5,4	3290	4,9	3743	5,8																		
4 <sup>a</sup> completa	166	4,2	1000	5,5	1392	5,0	1763	4,5	2126	4,2	2596	3,7	3197	3,5	4130	3,4	5241	3,3	2951	3,0	23662	3,6																		
5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> incompleta	427	10,9	2452	13,4	3728	13,3	5317	13,4	6854	13,5	8679	12,4	11348	12,4	14461	11,8	17827	11,3	7311	10,9	78464	12,1																		
Ensino fundamental completo	315	8,0	1738	9,5	2400	8,5	3372	8,5	4144	8,1	5618	8,1	6861	7,5	9419	7,7	12137	7,7	5104	7,6	51108	7,9																		
Ensino médio incompleto	184	4,7	1159	6,3	1870	6,7	2838	7,2	3922	7,7	5473	8,2	7872	8,6	10848	8,8	14556	9,2	6334	9,4	55396	8,5																		
Ensino médio completo	430	10,9	2542	13,9	4374	15,6	690	15,6	8123	16,0	11355	16,3	15284	16,7	20801	17,0	28313	17,9	12883	19,1	110295	17,0																		
Superior incompleto	61	1,6	383	2,1	756	2,7	1099	2,8	1557	3,1	2228	3,2	2989	3,3	3984	3,2	4962	3,1	2269	3,4	20288	3,1																		
Superior completo	111	2,8	569	3,1	1059	3,8	1409	3,6	2019	4,0	2669	3,8	3360	3,7	4627	3,8	6052	3,8	2784	4,1	24649	3,8																		
Não se aplica	18	0,5	109	0,6	172	0,6	244	0,6	321	0,6	459	0,7	556	0,6	813	0,7	972	0,6	427	0,6	4091	0,6																		
Ignorado	1947	49,6	6597	36,0	9758	34,7	13983	35,3	17819	35,0	25535	36,6	34289	37,4	45691	37,1	57644	36,5	24147	35,9	237210	36,5																		
Total	3929	100,0	18317	100,0	28082	100,0	39566	100,0	50876	100,0	69729	100,0	91728	100,0	122679	100,0	158051	100,0	67301	100,0	650258	100,0																		
<b>Raça/cor</b>																																								
Branca	1200	30,5	7085	38,7	10858	39,2	2090	39,7	27686	39,7	35094	38,3	46927	38,3	57226	36,2	24034	35,7	245827	37,8																				
Preta	338	8,6	1669	9,1	2614	9,3	3501	8,8	4656	9,2	6433	9,2	8589	9,4	11959	9,7	16308	10,3	6752	10,0	62819	9,7																		
Amorelha	22	0,6	87	0,5	151	0,5	215	0,5	319	0,6	431	0,6	574	0,6	1006	0,8	1399	0,9	543	0,8	4747	0,7																		
Parda	999	25,4	5723	31,2	8628	30,7	12481	31,5	16553	32,1	21773	31,2	30566	33,3	42368	34,5	58181	36,8	25494	37,9	222566	34,2																		
Indígena	34	0,9	123	0,7	150	0,5	218	0,4	299	0,4	507	0,6	691	0,6	1111	0,7	19728	16,1	23826	15,1	10147	15,1	110663	17,0																
Ignorado	1336	34,0	3630	19,8	5681	20,2	7670	19,4	9140	18,0	13107	18,8	16398	17,9	212679	18,0	158051	18,0	67301	18,0	650258	18,0																		
<b>Total</b>	<b>3929</b>	<b>100,0</b>	<b>18317</b>	<b>100,0</b>	<b>28082</b>	<b>100,0</b>	<b>39566</b>	<b>100,0</b>	<b>50876</b>	<b>100,0</b>	<b>69729</b>	<b>100,0</b>	<b>91728</b>	<b>100,0</b>	<b>122679</b>	<b>100,0</b>	<b>158051</b>	<b>100,0</b>	<b>67301</b>	<b>100,0</b>	<b>650258</b>	<b>100,0</b>																		

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Notas: (1) Casos notificados no Sisnet até 30/06/2019. (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (3) A partir de 2007, houve alterações para as categorias dessa variável.

**Tabela 4 - Casos e taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2019<sup>(1,2,3)</sup>**

UF de notificação	2005-2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018 <sup>(4)</sup>		2019	
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa
<b>Brasil</b>	11634	7308	2,5	8376	2,9	10059	3,5	13748	4,7	16433	5,7	20912	7,2	26620	8,9	32774	10,9	38268	13,4	49796	17,0	62599	21,4	25794	324321	33599
<b>Norte</b>	2013	1885	3,7	1269	4,1	1289	4,2	1513	4,8	1499	4,9	1933	6,2	2478	7,7	3270	10,2	3878	12,6	4754	15,2	5675	18,1	2823	33599	
Rondônia	56	26	1,0	38	1,5	54	21	84	3,0	89	3,4	112	4,1	181	6,6	240	9,0	287	10,4	337	12,3	169	1854			
Acre	80	55	3,1	63	3,7	42	2,5	93	5,2	91	5,4	110	6,4	227	13,2	302	17,8	326	20,7	425	26,0	619	37,8	269	2702	
Amazonas	546	209	2,8	235	3,1	201	2,7	230	3,0	286	3,7	417	5,3	484	6,0	959	12,0	1358	17,7	1575	20,2	1588	20,3	873	8961	
Roraima	55	29	2,9	27	2,8	21	2,2	21	2,1	66	6,2	79	7,3	70	6,3	100	8,8	133	11,7	87	74	194	16,5	107	989	
Pará	904	644	4,3	673	4,7	764	5,4	897	6,3	805	5,8	986	7,1	1225	8,5	1391	9,7	1405	10,2	1729	12,5	2039	14,7	962	14424	
Amapá	74	134	8,9	153	10,7	96	6,4	79	5,2	39	2,6	142	9,0	149	9,2	138	8,8	166	10,7	215	14,0	273	17,7	179	1837	
Tocantins	298	88	3,4	80	3,2	111	4,5	109	4,4	123	5,0	107	4,4	142	5,7	199	7,9	250	10,5	436	17,5	625	25,1	264	2832	
<b>Nordeste</b>	<b>3548</b>	<b>1771</b>	<b>2,0</b>	<b>1983</b>	<b>2,3</b>	<b>2366</b>	<b>2,8</b>	<b>3194</b>	<b>3,8</b>	<b>3584</b>	<b>4,3</b>	<b>4253</b>	<b>5,2</b>	<b>5137</b>	<b>6,2</b>	<b>5960</b>	<b>7,0</b>	<b>6592</b>	<b>8,3</b>	<b>9211</b>	<b>11,3</b>	<b>1475</b>	<b>18,0</b>	<b>5657</b>	<b>67961</b>	
Maranhão	530	236	1,8	232	1,9	237	2,0	275	2,3	224	1,9	359	3,1	630	5,4	821	7,0	757	6,9	1032	9,1	1878	16,6	780	7991	
Piauí	203	66	1,3	63	1,2	85	1,7	99	2,0	131	2,7	230	5,0	206	4,3	256	5,2	315	6,7	447	9,2	730	15,0	318	3149	
Ceará	600	229	1,7	339	2,6	448	3,5	567	4,4	682	5,4	652	5,2	711	5,5	831	6,3	953	7,5	1310	10,3	2149	16,8	949	10420	
Rio Grande do Norte	161	105	2,1	120	2,5	164	3,4	173	3,6	229	4,9	151	3,2	208	4,3	215	4,4	251	5,5	424	9,2	794	17,2	355	3370	
Paraíba	369	158	2,5	154	2,6	175	3,0	302	5,1	298	5,2	418	7,4	300	5,2	369	6,2	252	4,5	497	8,6	691	12,0	388	4381	
Pernambuco	476	344	2,4	337	2,4	372	2,7	480	3,4	547	3,9	663	4,7	752	5,2	834	5,8	893	6,8	1651	12,1	3002	22,1	1238	11589	
Alagoas	581	205	3,5	161	2,9	184	3,4	200	3,7	190	3,6	203	3,9	280	5,4	316	6,0	371	7,7	595	11,8	950	18,9	298	4534	
Sergipe	324	136	3,7	113	3,2	178	5,2	312	8,9	326	9,6	260	7,6	303	8,8	341	9,8	305	9,5	447	13,2	645	19,0	338	4028	
Bahia	304	292	1,3	464	2,1	523	2,5	786	3,7	957	4,6	1317	6,5	1747	8,6	1977	9,6	2495	12,5	2808	13,8	3866	18,9	963	18499	
<b>Sudeste</b>	<b>2433</b>	<b>2620</b>	<b>2,3</b>	<b>3175</b>	<b>2,8</b>	<b>4218</b>	<b>3,8</b>	<b>6364</b>	<b>5,6</b>	<b>7996</b>	<b>6,9</b>	<b>10039</b>	<b>8,7</b>	<b>12873</b>	<b>10,9</b>	<b>14937</b>	<b>12,5</b>	<b>18110</b>	<b>16,1</b>	<b>23848</b>	<b>20,7</b>	<b>28103</b>	<b>24,4</b>	<b>11377</b>	<b>146093</b>	
Minas Gerais	289	237	0,9	306	1,2	362	1,4	550	2,1	871	3,3	138	4,4	1698	6,4	240	9,0	2605	10,3	3667	14,1	4851	18,6	1890	20874	
Espírito Santo	199	152	2,9	140	2,7	250	4,8	383	7,2	503	9,5	692	12,8	777	13,7	1090	19,1	1279	23,9	1516	27,1	1786	32,0	686	9463	
Rio de Janeiro	631	794	3,7	927	4,3	1435	6,7	2199	10,0	2726	12,2	3192	14,2	4012	17,2	4306	18,2	5804	26,5	7942	35,6	9234	41,4	4006	47208	
São Paulo	1314	1437	2,4	1802	3,0	2171	3,6	3232	5,3	3396	6,3	5017	8,2	6386	10,2	7131	11,2	8422	14,0	10723	17,5	12232	20,0	4785	68548	
<b>Sul</b>	<b>1513</b>	<b>686</b>	<b>1,8</b>	<b>841</b>	<b>2,3</b>	<b>1009</b>	<b>2,7</b>	<b>1438</b>	<b>3,8</b>	<b>1944</b>	<b>5,1</b>	<b>2746</b>	<b>7,1</b>	<b>3845</b>	<b>9,7</b>	<b>5996</b>	<b>14,7</b>	<b>6795</b>	<b>17,3</b>	<b>8009</b>	<b>20,1</b>	<b>9153</b>	<b>23,0</b>	<b>3821</b>	<b>47796</b>	
Paraná	586	171	1,1	244	1,6	339	2,2	555	3,6	683	4,4	999	6,4	1324	8,3	1851	11,5	2269	14,6	2572	16,3	2836	18,0	1240	15669	
Santa Catarina	301	133	1,6	168	2,0	204	2,4	253	2,9	318	3,6	523	5,8	766	8,2	1234	12,7	1397	14,7	1790	18,2	2268	23,1	834	10189	
Rio Grande do Sul	626	382	2,8	429	3,2	466	3,5	630	4,6	943	6,8	1224	8,7	1755	12,2	2911	19,6	3129	22,1	3647	25,8	4049	28,6	1747	21938	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2090</b>	<b>1039</b>	<b>4,7</b>	<b>1103</b>	<b>5,0</b>	<b>1174</b>	<b>5,3</b>	<b>1234</b>	<b>5,4</b>	<b>1404</b>	<b>6,1</b>	<b>1913</b>	<b>8,2</b>	<b>2272</b>	<b>9,3</b>	<b>2596</b>	<b>10,5</b>	<b>2883</b>	<b>12,3</b>	<b>3959</b>	<b>16,2</b>	<b>4953</b>	<b>20,3</b>	<b>2112</b>	<b>28732</b>	
Matto Grosso do Sul	1428	503	12,2	557	13,8	514	12,8	520	12,3	547	12,9	682	16,1	849	19,3	956	21,7	1074	25,3	1430	32,0	1621	36,2	589	11270	
Matto Grosso	214	141	2,8	167	3,4	232	4,7	233	4,5	235	4,6	293	5,5	329	5,8	385	7,2	624	10,9	782	13,7	310	4278			
Goiás	273	313	3,6	303	3,5	335	3,8	375	4,2	540	5,8	814	8,6	915	9,2	1032	10,3	1092	11,4	1513	15,5	2008	20,6	957	10470	
Distrito Federal	75	82	1,9	76	1,7	93	2,1	106	2,4	82	1,9	124	2,8	179	4,0	275	6,0	332	7,7	392	8,8	542	12,2	256	2714	

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019; (2) Notificação compulsória a partir de julho de 2005; (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos; (4) Para o cálculo da taxa de 2018, utilizou-se o número de nascidos vivos de 2017.

**Tabela 5** - Casos de gestantes com sífilis segundo idade gestacional e faixa etária escolaridade e raça noroeste de diagnóstico. Brasil - 2005-2019<sup>(12)</sup>

Fonte: MS/SUS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.  
 Informações: (1) Casos notificados no SUSan até 30/11/2019 (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos (3) A partir de 2007 houve alterações na as categorias dessa variável (4) Não foram considerados casos em menores de 10 anos

**Tabela 6 - Casos de gestantes com sifilis segundo UF de residência, esquema de tratamento prescrito<sup>(1)</sup> e ano de diagnóstico.** Brasil, 2016 a 2018.

UF/Região de residência	2016												2017												2018							
	Prescrição conforme classificação clínica <sup>(9)</sup>				Outro esquema				Não realizado				Prescrição conforme classificação clínica <sup>(9)</sup>				Outro esquema				Não realizado				Prescrição conforme classificação clínica <sup>(9)</sup>				Outro esquema			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Brasil <sup>(4)</sup>	34079	89,1	30520	79,8	807	2,1	1787	4,7	1595	4,2	43841	90,0	40406	81,1	1001	2,0	2296	4,6	1658	3,3	56066	89,6	50778	81,1	1059	1,7	3280	5,2	2194	3,5		
Norte	3454	89,1	3002	77,4	99	2,6	170	4,4	155	4,0	4338	91,2	3779	79,5	100	2,1	164	3,4	152	3,2	5244	92,4	4640	81,8	78	1,4	225	4,0	128	2,3		
Rondônia	205	85,4	172	71,7	5	2,1	24	10,0	6	2,5	266	92,7	235	819	3	10	16	5,6	2	0,7	318	94,4	289	85,8	2	0,6	12	3,6	5	1,5		
Acre	313	96,0	294	90,2	3	0,9	7	21	3	0,9	410	96,5	356	83,8	1	0,2	5	12	9	21	593	95,8	514	83,0	4	0,6	15	2,4	7	1,1		
Amazonas	1272	93,7	1022	80,4	7	0,5	31	2,3	48	3,5	1482	94,1	1342	85,2	11	0,7	41	2,6	1496	94,2	1359	85,6	7	0,4	69	4,3	16	1,0				
Roraima	115	86,5	95	71,4	8	6,0	5	3,8	5	3,8	79	90,8	70	80,5	3	3,4	1	1,1	4	4,6	185	95,4	151	77,8	1	0,5	5	2,6	3	1,5		
Pará	1178	83,8	1024	72,9	65	4,6	84	6,0	78	5,6	1503	86,9	1265	73,2	74	4,3	70	4,0	82	4,7	1839	90,2	1628	79,8	50	2,5	75	3,7	75	3,7		
Amapá	137	82,5	118	71,1	4	2,4	13	7,8	12	7,2	197	91,6	169	78,6	2	0,9	8	3,7	239	87,5	197	72,2	3	1,1	21	7,7	10	3,7				
Tocantins	234	93,6	207	82,8	7	2,8	6	24	3	1,2	401	92,0	342	784	6	14	23	5,3	6	14	574	91,8	502	80,3	11	1,8	28	4,5	12	1,9		
<b>Nordeste</b>	<b>5723</b>	<b>86,8</b>	<b>4782</b>	<b>72,5</b>	<b>162</b>	<b>2,5</b>	<b>287</b>	<b>4,4</b>	<b>420</b>	<b>6,4</b>	<b>8036</b>	<b>87,2</b>	<b>6948</b>	<b>75,4</b>	<b>371</b>	<b>4,0</b>	<b>386</b>	<b>4,2</b>	<b>418</b>	<b>4,5</b>	<b>12740</b>	<b>86,6</b>	<b>11064</b>	<b>75,2</b>	<b>366</b>	<b>2,5</b>	<b>944</b>	<b>6,4</b>	<b>655</b>	<b>4,5</b>		
Maranhão	540	71,3	446	58,9	37	4,9	32	4,2	148	19,6	789	76,5	682	661	163	15,8	39	3,8	41	4,0	1585	84,4	1313	69,9	165	8,8	85	4,5	43	2,3		
Piauí	284	90,2	243	77,1	9	2,9	20	6,3	2	0,6	426	95,3	385	86,1	3	0,7	15	3,4	3	0,7	659	90,3	580	79,5	4	0,5	53	7,3	14	1,9		
Ceará	888	91,1	778	81,6	28	2,9	33	3,5	24	2,5	1185	90,5	1072	81,8	24	1,8	74	5,6	27	21	1891	88,0	1730	80,5	29	1,3	166	7,7	63	2,9		
Rio Grande do Norte	223	88,8	171	68,1	7	2,8	7	2,8	14	5,6	370	87,3	323	76,2	17	4,0	14	3,3	23	5,4	690	86,9	593	74,7	22	2,8	51	6,4	31	3,9		
Paraíba	223	88,5	196	77,8	8	3,2	12	4,8	9	3,6	425	85,5	351	70,6	22	4,4	23	4,6	27	5,4	591	85,5	508	73,5	14	2,0	51	7,4	35	5,1		
Pernambuco	737	82,5	587	65,7	29	3,2	38	4,3	89	10,0	1401	84,9	1141	69,1	61	3,7	75	4,5	114	6,9	2528	84,2	2131	71,0	43	1,4	253	8,4	178	5,9		
Alagoas	319	86,0	282	76,0	6	16	14	3,8	32	8,6	497	83,5	446	75,0	13	2,2	28	4,7	57	9,6	809	85,2	707	74,4	19	2,0	44	4,6	78	8,2		
Sergipe	295	96,7	282	92,5	5	1,6	2	0,7	3	1,0	440	98,4	427	95,5	1	0,2	4	0,9	2	0,4	609	94,4	583	90,4	7	1,1	23	3,6	6	0,9		
Bahia	2234	89,5	1797	72,0	33	1,3	129	5,2	99	4,0	2503	89,1	2121	75,5	67	24	114	4,1	124	4,4	3378	87,4	2919	75,5	63	1,6	218	5,6	207	5,4		
<b>Sudeste</b>	<b>16163</b>	<b>91,7</b>	<b>15229</b>	<b>84,4</b>	<b>305</b>	<b>1,7</b>	<b>721</b>	<b>4,0</b>	<b>471</b>	<b>2,6</b>	<b>21998</b>	<b>92,1</b>	<b>20193</b>	<b>84,7</b>	<b>338</b>	<b>1,4</b>	<b>1041</b>	<b>4,4</b>	<b>511</b>	<b>21</b>	<b>25720</b>	<b>91,5</b>	<b>23727</b>	<b>84,4</b>	<b>411</b>	<b>1,5</b>	<b>1238</b>	<b>4,5</b>	<b>714</b>	<b>2,5</b>		
Minas Gerais	2109	81,0	1689	64,8	115	4,4	219	8,4	162	6,2	3085	84,1	2571	70,1	141	3,8	328	8,9	113	3,1	4146	85,5	3502	72,2	185	3,8	354	7,3	166	3,4		
Espírito Santo	1097	85,8	991	77,5	23	1,8	107	84	52	4,1	1319	87,0	1205	79,5	20	1,3	124	8,2	53	3,5	1546	86,6	1428	80,0	25	1,4	140	7,8	75	4,2		
Rio de Janeiro	5442	94,3	5138	88,5	40	0,7	125	2,2	167	2,9	7422	93,5	6812	85,8	61	0,8	235	3,0	224	2,8	8670	93,9	8059	87,3	45	0,5	238	2,6	281	3,0		
São Paulo	7935	94,2	7471	88,7	127	1,5	270	3,2	90	1,1	10132	94,5	9605	89,6	116	1,1	354	3,3	121	1,1	11358	92,9	10738	87,8	156	1,3	526	4,3	192	1,6		
<b>Sul</b>	<b>5751</b>	<b>84,6</b>	<b>5245</b>	<b>76,7</b>	<b>172</b>	<b>2,5</b>	<b>491</b>	<b>72</b>	<b>381</b>	<b>5,6</b>	<b>6946</b>	<b>86,7</b>	<b>6313</b>	<b>78,8</b>	<b>137</b>	<b>17</b>	<b>546</b>	<b>6,8</b>	<b>380</b>	<b>4,7</b>	<b>735</b>	<b>86,7</b>	<b>7311</b>	<b>79,9</b>	<b>142</b>	<b>16</b>	<b>614</b>	<b>6,7</b>	<b>462</b>	<b>5,0</b>		
Paraná	2032	89,6	1867	82,3	33	1,5	179	7,9	25	1,1	2359	91,7	221	86,0	25	1,0	174	6,8	14	0,5	2614	92,2	2463	86,8	25	0,9	171	6,0	26	0,9		
Santa Catarina	1277	91,4	1168	83,6	25	1,8	72	5,2	23	1,6	1661	92,8	1529	85,4	18	1,0	76	4,2	35	2,0	2064	91,0	1921	84,7	26	1,1	123	5,4	55	2,4		
Rio Grande do Sul	2442	78,0	2180	69,7	114	3,6	240	7,7	333	10,6	2926	80,2	2573	70,6	94	2,6	296	8,1	331	9,1	3257	80,4	2927	72,3	91	2,2	320	7,9	381	9,4		
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2529</b>	<b>87,7</b>	<b>2223</b>	<b>77,1</b>	<b>69</b>	<b>2,4</b>	<b>118</b>	<b>4,1</b>	<b>167</b>	<b>5,8</b>	<b>3548</b>	<b>89,6</b>	<b>3162</b>	<b>79,9</b>	<b>55</b>	<b>1,4</b>	<b>159</b>	<b>4,0</b>	<b>197</b>	<b>5,0</b>	<b>4417</b>	<b>89,2</b>	<b>4027</b>	<b>81,3</b>	<b>62</b>	<b>1,3</b>	<b>239</b>	<b>4,8</b>	<b>235</b>	<b>4,7</b>		
Mato Grosso do Sul	898	83,6	821	76,4	11	1,0	65	6,1	100	9,3	1261	88,2	1169	81,7	11	1,1	78	14,6	88,6	1338	82,5	10	0,6	54	3,3	121	7,5					
Mato Grosso	353	91,7	300	77,9	16	4,2	9	2,3	7	1,8	575	92,1	508	81,4	20	3,2	20	3,2	9	1,4	723	92,5	644	82,4	9	1,2	36	4,6	14	1,8		
Goiás	990	90,7	844	77,3	35	3,2	34	3,1	33	3,0	1385	91,5	1184	87,3	25	1,7	79	5,2	24	1,6	1825	90,9	1656	82,5	37	1,8	96	4,8	50	2,5		
Distrito Federal	288	86,7	258	77,7	7	21	10	3,0	27	8,1	327	83,4	301	76,8	4	1,0	8	2,0	53	13,5	433	79,9	389	71,8	6	1,1	53	9,8	50	9,2		

Fonte: MS/SUS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Notas: (1) Casos confirmados no SUS até 20/06/2019 (2) Tratamento prescrito com pelo menos 1 dose de benzilina benzalina independentemente da forma clínica (3) Tratamento prescrito conforme classificação clínica (4) Tratamento prescrito com pelo menos 1 dose para sífilis primária ou secundária e 3 doses para sífilis terciária

**Tabela 7 - Casos de gestantes com sífilis segundo classificação clínica e ano de diagnóstico. Brasil, 2007 a 2019<sup>(1,2)</sup>**

Classificação clínica	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sífilis primária	2647	22,8	2869	39,3	3274	39,1	3781	37,6	4852	35,3	5686	34,6	6800	32,5	8510	32,0	10102	30,8	11151	29,1	14097	28,3	16574	26,5	6576	25,5	96919	29,9
Sífilis secundária	556	4,8	592	8,1	705	8,4	766	7,6	907	6,6	1103	6,7	1308	6,3	1663	6,2	1899	5,8	2156	5,6	2615	5,3	3167	5,1	1319	5,1	18756	5,8
Sífilis terciária	410	3,5	414	5,7	562	6,7	809	8,0	1100	8,0	1334	8,1	2199	10,5	3000	11,3	3502	10,7	4111	10,7	5388	10,8	6081	9,7	2263	8,8	31773	9,6
Sífilis latente	929	8,0	1155	15,8	1165	13,9	1478	14,7	2342	17,0	3203	19,5	4414	21,1	5999	22,5	8090	24,7	10614	27,7	15175	30,5	21238	33,9	9230	35,8	85032	26,2
Ignorado	7092	6,1	2278	31,2	2670	31,9	3225	32,1	4547	33,1	5107	31,1	6191	29,6	7448	28,0	9181	28,0	10236	26,7	12521	25,1	15539	24,8	6406	24,8	92441	28,5
Total	11534	10,0	7308	10,0	8376	10,0	10059	10,0	10059	10,0	13748	10,0	16433	10,0	20912	10,0	26620	10,0	32774	10,0	36205	10,0	42999	10,0	25794	10,0	32421	10,0

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação

Nota: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019. (2) dados preliminares para últimos 5 anos.

**Tabela 8 - Casos notificados de sífilis congênita em menores de um ano de idade (número e taxa de incidência por 1.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico.**  
Brasil, 1998-2019<sup>(1,2)</sup>

UF de residência	1998-2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018 <sup>(3)</sup>		2019		
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa			
<b>Brasil</b>	29472	5904	2,0	55555	1,9	5745	2,0	6042	2,1	6949	2,4	9493	3,3	11635	4,0	13973	4,8	16311	5,5	19647	3,8	14229	4,4	1742	5,7	2183	7,0	2213	7,1	1019	18119
<b>Norte</b>	2084	643	2,0	740	2,4	751	2,3	676	2,2	638	2,1	806	2,6	892	2,9	1080	3,4	14229	3,8	1423	4,4	1742	5,7	2183	7,0	2213	7,1	1019	18119		
Rondônia	26	9	0,4	7	0,3	11	0,4	9	0,3	19	0,7	33	1,2	47	1,8	56	2,1	73	2,6	93	3,3	89	3,3	114	4,1	118	4,3	44	748		
Acre	29	68	4,1	118	7,3	60	3,3	35	2,1	18	1,1	22	1,2	35	2,1	71	4,2	90	5,3	68	4,0	67	4,2	77	4,7	98	6,0	41	897		
Amazonas	357	183	2,4	146	2,0	178	2,4	146	1,9	99	1,3	124	1,6	161	2,1	171	2,2	162	2,0	312	3,9	498	6,5	802	10,3	775	9,9	387	4501		
Roraima	52	17	1,8	23	2,4	18	1,8	15	1,6	50	5,1	27	2,7	40	3,8	45	4,2	17	1,5	14	1,2	22	1,9	25	2,1	58	4,9	32	435		
Pará	883	240	1,6	274	1,8	331	2,2	329	2,3	310	2,2	436	3,1	428	3,1	505	3,6	687	4,8	666	4,6	748	5,4	801	5,8	790	5,7	356	7784		
Amapá	427	59	4,0	93	6,4	79	5,2	88	6,2	75	5,0	73	4,8	87	5,8	100	6,4	41	2,5	41	2,6	70	4,5	77	5,0	92	6,0	56	1458		
Tocantins	310	67	2,6	79	3,2	74	2,9	56	2,2	67	2,7	91	3,6	94	3,9	132	5,5	159	6,4	229	9,1	248	10,4	287	11,5	282	11,3	103	2276		
<b>Nordeste</b>	<b>8109</b>	<b>2242</b>	<b>2,5</b>	<b>1866</b>	<b>2,1</b>	<b>1892</b>	<b>2,1</b>	<b>2045</b>	<b>2,4</b>	<b>2313</b>	<b>2,7</b>	<b>229</b>	<b>3,8</b>	<b>3778</b>	<b>4,5</b>	<b>4488</b>	<b>5,5</b>	<b>5973</b>	<b>6,1</b>	<b>6004</b>	<b>7,1</b>	<b>5935</b>	<b>7,5</b>	<b>6952</b>	<b>8,5</b>	<b>7877</b>	<b>9,6</b>	<b>3888</b>	<b>6491</b>		
Maranhão	918	297	2,3	150	1,2	203	1,6	143	1,2	117	1,0	186	1,5	238	2,1	270	2,3	293	2,5	431	3,7	440	4,0	427	3,8	842	7,5	329	5284		
Piauí	211	28	0,5	34	0,6	15	0,3	30	0,6	40	0,8	86	1,8	127	2,7	156	3,3	394	8,0	377	8,0	433	8,9	498	10,3	208	2652				
Ceará	689	423	3,1	447	3,3	535	4,0	630	4,8	652	5,1	883	6,9	923	7,3	987	7,9	1091	8,5	1147	8,7	1146	9,1	1300	10,2	1350	10,6	595	12798		
Rio Grande do Norte	451	141	2,9	124	2,6	177	3,6	178	3,6	200	4,2	261	5,4	286	6,1	277	5,9	283	5,9	436	8,9	352	7,8	451	9,8	579	12,5	296	4492		
Paraíba	395	133	2,2	90	1,5	68	1,1	85	1,4	115	2,0	167	2,8	212	3,7	194	3,4	252	4,4	318	5,4	85	15	393	6,8	383	6,7	205	3095		
Pernambuco	3732	637	4,4	589	4,1	392	2,7	429	3,0	495	3,6	684	4,9	765	5,4	1017	7,2	1285	9,0	1359	9,4	1517	11,6	1920	14,1	1941	14,3	778	17540		
Alagoas	493	301	5,2	144	2,5	184	3,2	180	3,2	217	4,0	324	6,0	368	7,0	409	7,8	413	8,0	385	7,4	320	6,6	343	6,8	440	8,7	210	4731		
Sergipe	355	64	1,7	98	2,7	111	3,0	122	3,5	169	5,0	227	6,5	336	9,9	381	11,1	380	11,1	368	10,5	312	9,7	316	9,3	327	9,7	248	3814		
Bahia	865	218	1,0	190	0,9	207	0,9	263	1,2	318	1,5	457	2,1	564	2,7	826	4,1	920	4,5	1166	5,6	1386	6,9	1369	6,7	1517	7,4	319	10585		
<b>Sudeste</b>	<b>15614</b>	<b>2297</b>	<b>2,0</b>	<b>2307</b>	<b>2,1</b>	<b>2384</b>	<b>2,1</b>	<b>2466</b>	<b>2,2</b>	<b>2995</b>	<b>2,7</b>	<b>4135</b>	<b>3,6</b>	<b>5258</b>	<b>4,6</b>	<b>6066</b>	<b>5,3</b>	<b>7158</b>	<b>6,1</b>	<b>8318</b>	<b>7,0</b>	<b>9197</b>	<b>8,2</b>	<b>10824</b>	<b>9,4</b>	<b>11134</b>	<b>9,7</b>	<b>5200</b>	<b>95333</b>		
Minas Gerais	565	147	0,6	176	0,7	195	0,7	197	0,8	228	0,9	309	1,2	505	1,9	641	2,5	963	3,5	1406	5,3	1463	5,8	1804	6,9	2336	9,3	1778	12203		
Espírito Santo	1562	170	3,3	159	3,1	101	1,9	95	1,8	156	3,0	169	3,2	272	5,1	333	6,2	378	6,7	511	9,0	598	11,2	641	11,5	560	10,0	243	5948		
Rio de Janeiro	7341	1192	5,5	1163	5,4	1253	5,8	1385	6,4	1459	6,8	2174	9,9	2566	11,5	2719	12,1	2863	12,3	2980	12,6	3467	15,8	4309	19,3	4171	18,7	2011	41056		
São Paulo	6146	788	1,3	804	1,4	835	1,4	789	1,3	1152	1,9	1483	2,4	1915	3,1	2373	3,9	2974	4,8	3411	5,4	3669	6,1	4070	6,7	3967	6,5	1768	36144		
<b>Sul</b>	<b>1830</b>	<b>338</b>	<b>0,9</b>	<b>386</b>	<b>1,1</b>	<b>405</b>	<b>1,1</b>	<b>549</b>	<b>1,5</b>	<b>659</b>	<b>1,8</b>	<b>922</b>	<b>2,4</b>	<b>1165</b>	<b>3,1</b>	<b>1576</b>	<b>4,1</b>	<b>1909</b>	<b>4,8</b>	<b>2772</b>	<b>6,8</b>	<b>3143</b>	<b>8,0</b>	<b>3563</b>	<b>9,0</b>	<b>3524</b>	<b>8,9</b>	<b>1602</b>	<b>24343</b>		
Paraná	451	89	0,6	88	0,6	73	0,5	105	0,7	147	1,0	215	1,4	304	2,0	384	2,5	468	2,9	645	4,0	727	4,7	865	5,5	871	5,5	414	5846		
Santa Catarina	175	34	0,4	40	0,5	31	0,4	49	0,6	74	0,9	99	1,1	98	1,1	219	2,4	274	2,9	475	4,9	553	5,8	676	6,9	685	7,0	330	3812		
Rio Grande do Sul	1204	215	1,5	258	1,9	301	2,2	395	3,0	438	3,3	608	4,4	763	5,5	973	6,9	1167	8,1	1652	11,1	1863	13,2	2022	14,3	1968	13,9	858	14695		
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1774</b>	<b>381</b>	<b>1,7</b>	<b>255</b>	<b>1,2</b>	<b>310</b>	<b>1,4</b>	<b>303</b>	<b>1,4</b>	<b>341</b>	<b>1,5</b>	<b>395</b>	<b>1,7</b>	<b>541</b>	<b>2,3</b>	<b>761</b>	<b>3,2</b>	<b>940</b>	<b>3,8</b>	<b>1122</b>	<b>4,5</b>	<b>1232</b>	<b>5,2</b>	<b>1409</b>	<b>5,8</b>	<b>1469</b>	<b>6,0</b>	<b>746</b>	<b>11979</b>		
Mato Grosso do Sul	336	118	3,0	50	1,3	103	2,5	123	3,1	106	2,6	111	2,6	183	4,3	218	5,2	248	5,6	320	7,2	395	9,3	437	9,8	335	7,5	142	3225		
Mato Grosso	115	60	1,2	68	1,4	61	1,2	44	0,9	68	1,4	58	1,1	116	2,3	162	3,1	182	3,2	211	3,7	199	3,7	257	4,5	204	3,6	98	1903		
Goiás	606	80	0,9	60	0,7	78	0,9	68	0,8	74	0,8	107	1,2	118	1,3	231	2,4	336	3,4	390	3,9	421	4,4	435	4,5	543	5,6	318	3895		
Distrito Federal	777	123	2,7	77	1,7	68	1,5	93	2,1	119	2,7	124	2,9	150	3,4	174	3,9	201	4,4	217	5,0	280	6,3	387	8,7	188	2986				

Fonte: MS/SUS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.  
Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2019. (2) Dados preliminares para últimos 5 anos. (3) Para o cálculo da taxa, utilizou-se o número de nascidos vivos de 2017.

**Tabela 9 - Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo características dos casos por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019<sup>(1,2)</sup>**

Brasil	1998-2005			2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017			2018			2019			Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%										
<b>Idade da criança</b>																																																
Menos de 7 dias	25495	92,5	5219	93,3	5462	94,6	5786	95,3	6648	95,4	9159	96,2	11235	96,4	13499	96,4	19003	96,3	15756	96,2	24191	96,7	25456	96,8	11396	96,4	204324	94,5																				
7 a 27 dias	2460	3,9	189	3,4	138	2,4	118	1,9	163	2,3	188	2,0	207	1,8	231	1,6	270	1,7	337	1,7	356	1,7	375	1,5	433	1,6	235	2,0	5933	2,7																		
28 a 364 dias	1517	1,0	147	2,6	145	2,5	138	2,3	138	2,0	146	1,5	193	1,7	243	1,7	285	1,7	307	1,6	371	1,7	367	1,5	330	1,3	128	1,1	4634	2,1																		
1 ano	111	9	0,2	4	0,1	11	0,2	12	0,2	7	0,1	13	0,1	21	0,2	27	0,2	18	0,1	35	0,2	37	0,2	34	0,1	28	0,1	32	0,3	399	0,2																	
2 a 4 anos	91	5	0,1	13	0,2	8	0,1	6	0,1	5	0,1	9	0,1	12	0,1	12	0,1	5	0,0	18	0,1	28	0,1	21	0,1	18	0,1	12	0,1	279	0,1																	
5 a 12 anos	48	11	0,2	23	0,4	8	0,1	12	0,2	5	0,1	7	0,1	11	0,1	4	0,0	7	0,0	9	0,0	12	0,1	15	0,1	25	0,1	11	0,1	208	0,1																	
Ignorada	337	11	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,1	383	0,2																
Total	30059	5940	100,0	5595	100,0	5572	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0																	
<b>Diagnóstico final</b>																																																
Sífilis congênita recente	27921	5315	92,8	4762	85,1	5019	87,0	5531	91,1	6361	91,3	8691	91,3	10624	91,0	12971	92,6	15082	92,2	18277	92,7	1891	93,2	23270	93,0	24626	93,6	11150	94,3	199691	92,4																	
Sífilis congênita tardia	513	15	0,3	25	0,4	56	1,0	79	1,3	32	0,5	16	0,2	25	0,2	10	0,1	25	0,2	39	0,2	40	0,2	39	0,2	47	0,2	26	0,2	987	0,5																	
Aborto por sífilis	1623	397	6,7	97	1,7	157	2,7	247	4,1	278	4,0	375	3,9	456	3,9	473	3,4	628	3,8	708	3,6	739	3,5	894	3,6	895	3,4	364	3,1	8331	3,9																	
Natimorto por sífilis	2	13	0,2	71	12,7	540	9,4	215	3,5	295	4,2	440	4,6	574	4,9	555	4,0	619	3,8	695	3,5	661	3,1	806	3,2	740	2,8	285	2,4	7151	3,3																	
Total	30059	5940	100,0	5595	100,0	5572	100,0	6072	100,0	6966	100,0	9522	100,0	11679	100,0	14009	100,0	16354	100,0	19719	100,0	21331	100,0	25009	100,0	26308	100,0	11825	100,0	216160	100,0																	
<b>Evolução do caso</b>																																																
Vivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-												
Óbito por sífilis congênita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-												
Óbito por outras causas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-												
Aborto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-												
Natimorto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-												
Ignorado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-												
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-												

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.  
Nota: (1) Casos notificados no Sian até 30/06/2019. (2) Dados preliminares para últimos 5 anos.

**Tabela 10 - Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo variáveis selecionadas por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019<sup>(1)</sup>**

**Tabela 11** - Óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (número e coeficiente por 100.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano. Brasil, 1998-2018<sup>a</sup>

Fonte: M/SUS/Departamento de Análise da Situação em Saúde, Sistema Único de Saúde, desdobramento CIM-10-2010 (a) Dados do coletor, utilizados com o número da ocorrência. Ano 2007

**APÊNDICE - Indicadores epidemiológicos e operacionais para o monitoramento da sífilis**

## Apêndice

INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	CONSTRUÇÃO	UTILIDADE(S)	FONTE(S)
Taxa de detecção de sífilis adquirida	Número de casos de sífilis adquirida, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência  População total de indivíduos, residente no mesmo local, no mesmo ano	$\times 100.000$  Medir o risco de ocorrência de casos novos confirmados de sífilis adquirida na população, segundo ano e local de residência	MS/SVS/Sinan/BGE
Taxa de detecção de sífilis em gestantes	Número de casos de sífilis detectados em gestantes, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência  Número total de nascidos vivos, de mães residentes no mesmo local, no mesmo ano	$\times 1.000$  Medir a frequência anual de casos de sífilis na gestação e orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/Sinan/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Snasc)
Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de um ano	Número de casos novos confirmados de sífilis congênita em menores de um ano de idade, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência  Número total de nascidos vivos, de mães residentes no mesmo local, no mesmo ano	$\times 1.000$  Medir o risco de ocorrência de casos novos de sífilis congênita por transmissão vertical do <i>Treponema pallidum</i> no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/Sinan/Sinasc
Coeficiente de mortalidade infantil específica por sífilis congênita	Número de óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (causa básica) em determinado ano e local de residência  Número de nascidos vivos, de mães residentes no mesmo local, no mesmo ano	$\times 100.000$  Medir o risco de óbito em crianças em consequência da sífilis congênita no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/SIM/Sinasc

Fonte: DCE/SVS/MS.

## Anexo

### Nota Informativa nº 2, de 19 de setembro de 2017

#### **ALTERA OS CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DE CASOS PARA NOTIFICAÇÃO DE SÍFILIS ADQUIRIDA, SÍFILIS EM GESTANTES E SÍFILIS CONGÊNITA DO GUIA DE VIGILÂNCIA DA SVS/2017**



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde

Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis,  
do HIV/Aids e das Hepatites Virais

SRTVN Quadra 701, Lote D, Edifício P0700 – 5º andar

CEP: 70719-040 – Brasília/DF

TEL: (61) 3315-7737 – 7738 - 7739

#### **NOTA INFORMATIVA nº 2-SEI/2017-DIAHV/SVS/MS**

#### **Altera os Critérios de Definição de Casos para notificação de Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestantes e Sífilis Congênita do Guia de Vigilância da SVS/2017**

##### **1. INTRODUÇÃO**

A Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional inclui a notificação semanal de sífilis adquirida, sífilis em gestante e sífilis congênita, conforme Portaria vigente do Ministério da Saúde.

A notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Diante da necessidade de diminuir a subnotificação dos casos de sífilis em gestantes, define-se que todos os casos de mulheres diagnosticadas com sífilis durante o **pré-natal, parto e/ou puerpério** devem ser notificados como **sífilis em gestantes** e não como sífilis adquirida.

Para adequar a sensibilidade da vigilância e **atualizar a definição dos casos de sífilis congênita** em consonância com a Organização Pan-Americana da Saúde<sup>4</sup> e da Organização Mundial da Saúde<sup>5</sup>, deve ser avaliada a história clínico-epidemiológica da mãe e/ou os critérios clínicos e laboratoriais da criança exposta, deixando de ser considerado, para fins de notificação desses casos, o tratamento da parceria sexual da mãe.

Além disso, considera-se a necessidade de divulgar a definição de caso de sífilis adquirida e reforçar a importância da notificação dos casos.

Destaca-se que o Sistema Único de Saúde (SUS) possui testes não treponêmicos (VDRL, RPR, TRUST e USR) e testes treponêmicos para sífilis (teste rápido, FTA-ABS, ELISA, EQL, TPHA, TPPA, MHA-TP) incorporados na sua lista de procedimentos, e que o Ministério da Saúde adquire e fornece testes rápidos para sífilis aos serviços de saúde.

<sup>4</sup> OMS (Organización Mundial de la Salud). Orientaciones mundiales sobre los criterios y procesos para la validación de la eliminación de la transmisión materno-infantil del VIH y la sífilis. Ginebra: OMS, 2015.

<sup>5</sup> PAHO (Pan American Health Organization). Elimination of mother-to-child transmission of HIV and syphilis in the Americas. Update 2016. Washington, D.C.: PAHO, 2017 .

## **2. RECOMENDAÇÕES**

### **2.1. Das definições de casos**

Diante do exposto, o Departamento de Vigilância Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis do HIV/Aids e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde atualiza os critérios de definição de casos de Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestantes e Sífilis Congênita:

#### **SÍFILIS ADQUIRIDA**

##### **Situação 1**

Indivíduo assintomático, com teste não treponêmico reagente com qualquer titulação e teste treponêmico reagente.

##### **Situação 2**

Indivíduo sintomático para sífilis, com pelo menos um teste reagente - treponêmico ou não treponêmico com qualquer titulação.

<sup>a</sup> Para mais informações sobre a sintomatologia da sífilis, consultar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis, disponível em [www.aids.gov.br/pcdt](http://www.aids.gov.br/pcdt).

#### **SÍFILIS EM GESTANTES**

##### **Situação 1**

Mulher assintomática para sífilis, que durante **o pré-natal, o parto e/ou o puerpério** apresente pelo menos **um teste reagente** - treponêmico ou não treponêmico com qualquer titulação - **e sem registro de tratamento prévio**.

##### **Situação 2**

Mulher sintomática<sup>b</sup> para sífilis, que durante o **pré-natal, o parto e/ou o puerpério** e apresente pelo menos um teste reagente - treponêmico **OU** não treponêmico com qualquer titulação.

<sup>b</sup> Para mais informações sobre a sintomatologia da sífilis, consultar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis, disponível em [www.aids.gov.br/pcdt](http://www.aids.gov.br/pcdt).

##### **Situação 3**

Mulher que durante o **pré-natal, o parto e/ou o puerpério** apresente teste não treponêmico reagente com qualquer titulação **E** teste treponêmico reagente, **independente de sintomatologia** da sífilis **e de tratamento prévio**.

#### **SÍFILIS CONGÊNITA**

##### **Situação 1**

Todo recém-nascido, natimorto ou aborto de mulher com sífilis<sup>c</sup> não tratada ou tratada de forma não adequada<sup>d,e</sup>.

<sup>c</sup> Ver definição de sífilis em gestante (situações 1, 2 ou 3)

<sup>d</sup> Tratamento adequado: Tratamento completo para estágio clínico da sífilis com penicilina benzatina, e INICIADO até 30 dias antes do parto. Gestantes que não se enquadram nesses critérios serão consideradas como tratadas de forma não adequada.

<sup>e</sup> Para fins de notificação de caso de sífilis congênita, não se considera o tratamento da parceria sexual da mãe.

##### **Situação 2f**

Toda criança com menos de 13 anos de idade com pelo menos uma das seguintes situações:

- Alteração clínica, liquórica ou radiológica de sífilis congênita E teste não treponêmico reagente;
  - Títulos de teste não treponêmicos do lactente maiores do que os da mãe, em pelo menos duas diluições de amostras de sangue periférico, coletadas simultaneamente;
  - Títulos de testes não treponêmicos ascendentes em pelo menos duas diluições;
  - Títulos de testes não treponêmicos ainda reagentes após 6 meses de idade, exceto em situação de seguimento terapêutico;
  - Testes treponêmicos reagentes após 18 meses de idade sem diagnóstico prévio de sífilis congênita.
- f Nesta situação, deve ser sempre afastada a possibilidade de sífilis adquirida.

### Situação 3

Evidência microbiológica<sup>g</sup> de infecção pelo *Treponema pallidum* em amostra de secreção nasal ou lesão cutânea, biópsia ou necrópsia de criança, aborto ou natimorto.

<sup>g</sup> Detecção do *Treponema pallidum* por meio de exames diretos por microscopia (de campo escuro ou com material corado).

## 2.2. Do preenchimento das fichas de notificação

Para **notificação dos casos de sífilis adquirida**, deve ser utilizada a ficha de notificação individual do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que contém atributos comuns a todos os agravos.

As fichas de notificação/investigação dos casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita continuarão sendo as mesmas vigentes do Sinan até a atualização das novas fichas no sistema.

Ressalta-se que, **na ficha de notificação/investigação de sífilis em gestante**, para o preenchimento dos campos 37 a 40, referentes aos resultados dos exames, devem ser consideradas as informações do pré-natal, parto e/ou puerpério. Todos os casos de mulheres diagnosticadas com sífilis durante o pré-natal, parto e/ou puerpério devem ser notificados como sífilis em gestantes e não notificadas como sífilis adquirida.

Quanto à ficha de **notificação/investigação de sífilis congênita**, a nova definição de caso considera como tratamento adequado - o tratamento completo para estágio clínico da sífilis, com penicilina benzatina, e iniciado até 30 dias antes do parto, desconsiderando a informação do tratamento concomitante da parceria sexual das gestantes. Portanto, para não gerar inconsistência no Sinan, torna-se provisória a inserção da informação “1-SIM” no **campo 46** (parceiro tratado concomitantemente com a gestante), independente da informação coletada.

Brasília, 19 de setembro de 2017



Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde  
[www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)

